

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

**Maj EDILSON JORGE GONÇALVES DE SOUSA “VERMELHO”
(EXÉRCITO DE ANGOLA)**

**O PAPEL DAS SUPERPOTÊNCIAS NO PROCESSO DE
PAZ EM ANGOLA PÓS-GUERRA FRIA (1989 - 2002)**



Rio de Janeiro

2018

Maj EDILSON JORGE GONÇALVES DE SOUSA “**VERMELHO**”
(**EXÉRCITO DE ANGOLA**)

O PAPEL DAS SUPERPOTÊNCIAS NO PROCESSO DE PAZ EM ANGOLA PÓS-GUERRA FRIA (1989 - 2002)

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Comando e Estado-
Maior do Exército, como requisito parcial para
a obtenção do título de Especialista em
Ciências Militares.

Orientador: Ten Cel Inf **Anselmo** de Oliveira Rodrigues

Rio de Janeiro
2018

S719p Sousa, Edilson Jorge Gonçalves de.

O papel das superpotências no processo de paz em Angola pós-Guerra Fria (1989 - 2002). / Edilson Jorge Gonçalves Vermelho de Sousa. □
2018.

77 fl. : il ; 30cm.

Orientação: Ten Cel Inf **Anselmo** de Oliveira Rodrigues.
Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares)
—Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.

1. Angola. 2. superpotências. 3. processo de paz. I. Título.

CDD 341.58409673

Maj EDILSON JORGE GONÇALVES DE SOUSA “**VERMELHO**”
(EXÉRCITO DE ANGOLA)

O Papel das Superpotências no Processo de Paz em Angola Pós-Guerra Fria (1989 - 2002)

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Comando e Estado-
Maior do Exército, como requisito parcial para
a obtenção do título de Especialista em
Ciências Militares.

Aprovado em 15 de novembro de 2018.

COMISSÃO AVALIADORA

Anselmo de Oliveira Rodrigues - Ten Cel Inf - Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Rogério **Gomes Marques** - Ten Cel Inf - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Marcos Luiz da Silva **Del Duca** - Ten Cel Inf - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Ao Exército Brasileiro, uma homenagem em meu trabalho pela compreensão demonstrada durante a realização deste curso e trabalho. Por sua compreensão pela distância e falta física.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida, felicidade, tranquilidade e saúde.

À minha família, pelo apoio, incentivo, carinho e compreensão em todos os momentos, sendo fundamentais para o sucesso deste trabalho.

Aos meus pais, pela minha educação e formação, me mostrando a importância da dedicação, do trabalho árduo e da disciplina, como fontes prementes do sucesso pessoal.

Ao Exército Brasileiro, pela oportunidade em realizar um trabalho monográfico, de modo a ampliar meu conhecimento profissional.

Ao Ten Cel Inf **Anselmo** de Oliveira Rodrigues, meu orientador, pelo auxílio incondicional prestado nos passos mais importantes deste trabalho e pela confiança evidenciada em várias oportunidades. Seu estilo de orientação se revestiu de capital importância para que eu pudesse realizar o trabalho com tranquilidade e eficiência.

Ao Major de Inf Guilherme Bottrel Carvalho, meu Padrinho, pelo incentivo e pelo auxílio incondicional prestado durante a minha formação e estadia neste País irmão, Brasil

"Se um dos dois beligerantes está decidido a trilhar com as armas o caminho das decisões, suas possibilidades de consegui-lo são grandes, por mais que seja o desejo do outro de não combater."
(CLAUSEWITZ)

RESUMO

A presente pesquisa investigou o processo de paz experimentado em Angola logo após o término da Guerra Fria, centrando sua análise de observação na participação dos principais atores estatais que interferiram no respectivo processo de paz angolano. Iniciou-se esse trabalho realizando com breve contextualização do sistema internacional e do continente africano após a queda do muro de Berlim, seguido da apresentação do problema de pesquisa e do consequente objetivo a ser alcançado na mesma. Como base conceitual, adotou-se o paradigma da complexidade nesta pesquisa. Adotou-se como base temporal, os períodos de cada uma das missões de paz ocorridas em Angola durante o período compreendido entre 1989 e 2002, ano em que foi celebrado o acordo no país africano. Tendo em vista estes parâmetros, este trabalho partiu para a investigação propriamente dita e obteve como resultado que Angola foi um palco alternativo da disputa bipolar entre a ex-URSS e os Estados Unidos da América, sobretudo pela existência de valiosos recursos naturais do país. Diante desta disputa, notou-se que a ONU demonstrou-se inclinada a satisfazer os interesses dos Estados Unidos, não impondo suas decisões de forma mais severa, haja vista o jogo de interesses em jogo mesmo após o término da Guerra Fria. O financiamento e apoio dos Estados Unidos e da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas aos principais partidos políticos angolanos dificultou o processo de paz em Angola, que foi somente alcançado com a morte de *Jorge Savimbi* no ano de 2002.

Palavras-chave: Angola; superpotências; processo de paz.

ABSTRACT

The present research investigated the peace process experienced in Angola shortly after the end of the Cold War, focusing its observation analysis on the participation of the main state actors that interfered in the respective Angolan peace process. This work began with brief contextualization of the international system and the African continent after the fall of the Berlin Wall, followed by the presentation of the research problem and the consequent goal to be achieved in it. As a conceptual basis, the paradigm of complexity was adopted in this research. The periods of each of the peace missions that took place in Angola during the period between 1989 and 2002, the year in which the agreement was concluded in the African country, were taken as the time base. In view of these parameters, this work started for the investigation itself and resulted in Angola being an alternative stage of the bipolar dispute between the former USSR and the United States of America, especially for the existence of valuable natural resources of the country. In the face of this dispute, it was noted that the UN has shown itself inclined to satisfy the interests of the United States, not imposing its decisions more severely, given the stake of interests at stake even after the end of the Cold War. The financing and support of the United States and the former Union of Soviet Socialist Republics to the main Angolan political parties hampered the peace process in Angola, which was only achieved with the death of Jorge Savimbi in 2002.

Keywords: Angola; superpowers; peace process.

BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAPES	Coordenadoria de Aperfeiçoamento do Ensino Superior
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DPKO	<i>Department of Peacekeeping Operations</i>
EUA	Estados Unidos da América
FLNA	Frente de Libertação Nacional de Angola
IBAS	Índia, Brasil e África do Sul
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MONUA	<i>United Nations Observer Mission in Angola</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUCA	<i>United Nations Observer Group in Central America</i>
PND	Política Nacional de Defesa
UN	<i>United Nations</i>
UNAVEM I	<i>United Nations Angola Verification Mission I</i>
UNAVEM II	<i>United Nations Angola Verification Mission II</i>
UNAVEM III	<i>United Nations Angola Verification Mission III</i>
UNDOF	<i>United Nations Disengagement Observer Force</i>
UNFICYP	<i>United Nations Peacekeeping Force in Cyprus</i>
UNIFIL	<i>United Nations Interim Force in Lebanon</i>
UNMOGIP	<i>United Nations Military Observer Group in India and Pakistan</i>
UNOA	<i>United Nations Office in Angola</i>
UNTAG	<i>United Nations Transition Assistance Group</i>
UNTSO	<i>United Nations Truce Supervision Organization</i>
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Dinâmica da Pesquisa

26

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Operações de Paz desencadeadas pela ONU na década de 1990	16
Gráfico 02 - Operações de Paz de 1ª Geração	29
Gráfico 03 - Operações de Paz de 2ª Geração	32
Gráfico 04 - Operações de Paz de 3ª Geração	33
Gráfico 05 - Operações de Paz de 4ª Geração	35

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Recortes Temporais adotados nessa pesquisa

25

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	PROBLEMA.....	18
1.2	OBJETIVOS.....	18
1.2.1	Objetivo Geral	18
1.2.2	Objetivos Específicos	18
1.3	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	19
1.4	JUSTIFICATIVA DO ESTUDO.....	20
2	METODOLOGIA	22
2.1	PERSPECTIVA EPISTEMOLÓGICA.....	22
2.1.1	O paradigma da complexidade	23
2.1.2	A aplicação do paradigma da complexidade nessa pesquisa	24
2.2	CONCEPÇÃO METODOLÓGICA.....	25
2.3	LIMITAÇÕES DO MÉTODO.....	27
3	REFERENCIAL TEÓRICO	27
3.1	A EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE PAZ.....	27
3.1.1	As Operações de Paz de 1ª Geração	28
3.1.2	As Operações de Paz de 2ª Geração	30
3.1.3	As Operações de Paz de 3ª Geração	33
3.1.4	As Operações de Paz de 4ª Geração	34
4	O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA	36
4.1	OS MOVIMENTOS POLÍTICOS.....	38
4.1.1	O Movimento Popular de Libertação de Angola - MPLA	39
4.1.2	A União Nacional para a Independência de Angola - UNITA ...	43
4.1.3	A Frente Nacional de Libertação de Angola - FNLA	46
5	O PAPEL DOS ATORES INTERNACIONAIS NO PROCESSO... DE PAZ EM ANGOLA	48
5.1	PRIMEIRA MISSÃO DE VERIFICAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS EM ANGOLA - UNAVEM I.....	49
5.1.1	Participação dos Estados Unidos da América	51
5.1.2	Participação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas	52
5.1.3	Participações de Cuba, Zaire, Namíbia e África do Sul	53
5.2	SEGUNDA MISSÃO DE VERIFICAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS	55

	EM ANGOLA - UNAVEM II.....	
5.2.1	Participação dos Estados Unidos da América.....	57
5.2.2	Participação da Rússia.....	58
5.2.3	Participações de Cuba, Zaire, Namíbia e África do Sul.....	59
5.3	TERCEIRA MISSÃO DE VERIFICAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS EM ANGOLA - UNAVEM III.....	60
5.3.1	Participação dos Estados Unidos da América.....	62
5.3.2	Participação da Rússia.....	63
5.3.3	Participações de Cuba, Zaire, Namíbia e África do Sul.....	63
5.4	MISSÕES LIDERADAS PELA ONU.....	64
5.4.1	Missão de Observação das Nações Unidas em Angola -.....	65
	MONUA	
5.4.2	Missão das Nações Unidas Em Angola - UNMA.....	65
6	CONCLUSÕES.....	66
	REFERÊNCIAS.....	69

1 INTRODUÇÃO

O período que se descortinou no final da Guerra Fria trouxe consigo uma realidade complexa no mundo. Se por um lado, notou-se a emergência de diversos atores não estatais no Sistema Internacional possuindo “*status*” de Estados. Por outro lado, verificou-se que a dissolução da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) inseriu novos Estados independentes, todos sendo reconhecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) (RODRIGUES, 2018). Em meio a essa atmosfera, percebeu-se também que o cenário internacional que surgiu após a Guerra Fria gerou condições para o surgimento de conflitos que não expressavam mais uma rivalidade entre Estados, mas sim uma fricção no ambiente interno estatal, proporcionada por disputas pelo poder realizadas entre as etnias locais, por litígios entre as facções existentes ou até por contendas desencadeadas entre grupos de pessoas que não aceitavam mais viver juntos (LA MAISONNEUVE, 1998).

Essas questões só reforçam a complexidade que emergiu no sistema internacional após a derrocada da ex-URSS. Procurando entender melhor o ambiente que se formou após 1990, Teixeira e Migon apontam que a realidade do pós-Guerra Fria é marcada por algumas características, tais como: 1) uma evolução tecnológica jamais vista anteriormente; 2) a emergência de novos atores no sistema internacional; 3) o enfraquecimento ou não do Estado; 3) a eclosão de ilícitos transnacionais; 4) o recrudescimento de determinados temas na agenda internacional; e 5) o processo de globalização. Esses aspectos proporcionaram uma resultante complexa no cenário internacional, tornando árdua e difícil a tarefa para buscar as soluções adequadas diante dos desafios impostos (TEIXEIRA; MIGON, 2017).

Pertencente ao sistema internacional, o continente africano não ficou imune a essa nova realidade e a década de 1990 se notabilizou por descortinar uma realidade africana jamais externada aos olhos da sociedade anteriormente. Senão vejamos: a África do Sul experimentou o fim do *apartheid* e vivenciou a ascensão de Nelson Mandela à presidência no país. A Namíbia se libertou do jugo sul-africano, da mesma forma como aconteceu com vários países do continente. Moçambique teve sucesso no processo de transição política, ao passo que Angola necessitou de 11 anos a mais para lograr êxito nessa empreitada (OLIVEIRA, 2009).

Concomitante a esse quadro complexo que se instaurou na África durante a década de 1990, percebeu-se que o término da Guerra Fria também proporcionou ótimas condições para o protagonismo da ONU no sistema internacional. Acerca

disso, Hillen entende que o término do confronto bipolar gerou um reaquecimento das atividades da ONU, pois o mecanismo de vetos utilizado pelos Estados Unidos da América (EUA) e pela ex-URSS no contexto bipolar deixou de ser adotado ao término desse período, levando a um aumento da oferta das missões de paz da ONU (HILLEN, 1998). Diehl concorda com Hillen e nos assevera que essas transformações no mundo resultaram num aumento do emprego de operações de paz por parte da ONU, com profundas mudanças na natureza e na extensão das missões de paz (DIEHL, 2008).

Foi nesse sentido que as missões onusianas ganharam um novo impulso e se tornaram a principal ferramenta das Nações Unidas para garantir a segurança ao redor do planeta (RODRIGUES; MIGON, 2017). Como uma das evidências desse protagonismo, nota-se que a década de 1990 foi o período em que se registrou o maior número de missões de paz implementadas pela instituição em uma década: 37 operações de paz na década de 1990, sendo 15 missões de paz realizadas na África (RODRIGUES; MIGON, 2017). O gráfico nº 1 apresenta esses números sob outra perspectiva:

Gráfico 1: Operações de Paz desencadeadas pela ONU na década de 1990



Fonte: elaboração própria, com dados do DPKO, 2018.

O gráfico anterior descortina a importância que o continente africano possuiu na agenda da ONU, por ocasião no estabelecimento das missões de paz realizadas na década de 1990 no globo terrestre, sendo responsável por cerca de 40% do total das operações de paz desencadeadas por essa instituição durante esse período.

No entanto, esse aumento do número de missões de paz na década de 1990, aliado à complexidade do cenário que se instaurou na África, provocou uma resultante incerta. Como consequência disso, os resultados, em sua grande maioria, foram obtidos pelo acaso, dependendo ora da boa vontade dos beligerantes, ora pela capacidade profissional dos integrantes da ONU. Como exemplos de fracasso de operações de paz realizadas na década de 1990 no continente africano, Kenkel (2013) assinala os casos da Ruanda e da Somália. Já Bigatão, aponta Namíbia e Moçambique como sendo casos de relativo sucesso (BIGATÃO, 2013).

Tratando-se especificamente de Angola, verificou-se que o término do confronto bipolar proporcionou o ressurgimento de antigas disputas pelo poder no país, as quais foram protagonizadas pelos seguintes grupos políticos: 1) Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), 2) União Nacional para a Independência de Angola (UNITA) e 3) Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). Esses litígios acirraram novamente a guerra civil em Angola, mergulhando o país numa grave crise política, econômica e social na década de 1990 e que veio a terminar somente no ano de 2002 (HODGES, 2004).

Para fazer frente à desse desafio, o sistema internacional se mobilizou e envidou esforços no sentido de restabelecer a paz no país africano, motivando e incentivando a participação de atores estatais e não estatais na resolução da crise instaurada em Angola. No período compreendido entre 1989 e 2002, houve iniciativas de toda ordem, que variaram desde o firmamento de acordos de paz entre os principais países envolvidos, visando pôr fim à crise instalada no país, passando pelo desencadeamento de quatro operações de paz sob a égide da ONU em território angolano, até o estabelecimento de dois escritórios das Nações Unidas em Angola, que tinham poderes limitados na questão angolana (HODGES, 2004).

De acordo com o que foi descrito, depreende-se então que foi necessário um alargado período de tempo para a resolução da crise em Angola, bem como foram empregados diversos mecanismos para acabar com a violência no país africano. Tal cenário vivenciado em Angola apenas seguiu uma tendência verificada em alguns países do continente africano logo após a queda do muro de Berlim, pois nessa época, a ONU desencadeou inúmeras ações no continente africano, logrando êxitos em algumas, bem como colhendo fracasso em outras.

1.1 O PROBLEMA

Diante do cenário anteriormente elencado, nota-se que o término da Guerra Fria gerou consequências em todo o planeta, e em particular, no continente africano. Localizada neste continente, o país angolano não ficou imune a essas transformações e reagiu a sua maneira diante dos problemas e dos desafios impostos a nação. O alargado período de tempo necessário para o restabelecimento da paz em Angola pode ser considerado uma das principais consequências da queda do muro de Berlim, no país africano. Durante esse período, observou-se a interferência e a participação de diversos atores (estatais e não estatais) no país. Todos atuaram sob a justificativa de auxiliarem no processo de paz em Angola. Em vista disso, surge o seguinte problema de pesquisa:

Os Estados pertencentes ao sistema internacional auxiliaram ou prejudicaram o processo de paz em Angola?

1.2 OBJETIVOS

Segundo CRESWELL, a declaração do objetivo é a parte mais importante de todo o estudo, e precisa ser apresentada de maneira clara e específica. Além disso, ele ressalta que devido a essa importância, a declaração desse propósito deve ser estabelecida de forma separada e destacada de outros aspectos do estudo, sendo estruturada num tópico exclusivo (CRESWELL, 2010). Assim, esta pesquisa apresenta a o objetivo geral e seus dois objetivos específicos.

1.2.1 Objetivo Geral

Na tentativa de resolver o problema de pesquisa proposto, este trabalho apresenta o objetivo geral conforme, especificado logo abaixo:

Analisar a participação dos principais atores estatais que interferiram no processo de paz vivenciado pela Angola, em especial o que sobreveio após o fim da Guerra Fria (1989).

1.2.2 Objetivos Específicos

A fim de viabilizar a consecução do objetivo geral deste trabalho foram formulados alguns objetivos específicos a serem atingidos, que permitirão o encadeamento lógico do raciocínio descritivo apresentado neste estudo:

- 1) Analisar o processo de independência de Angola;

- 2) Analisar o processo de paz em Angola;
- 3) Analisar o papel realizado pelos diversos países que atuaram no processo de paz vivenciado em Angola após a Guerra Fria; e
- 4) Analisar o papel da ONU no processo de paz vivenciado em Angola após a Guerra Fria.

1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Esta seção tem como objetivo delimitar o estudo com a finalidade de se realizar uma pesquisa mais detalhada sobre o tema proposto. Neste escopo, Vergara aponta que as fronteiras concernentes às variáveis servem para detalhar a consecução do estudo propriamente dito (VERGARA, 2009). Com vistas a alcançar o objetivo geral apresentado, a presente pesquisa fez três delimitações de cunho científico, a saber: 1) delimitação temporal, 2) delimitação institucional e 3) delimitação do universo dos países analisados.

No tocante à delimitação temporal, essa pesquisa adotou dois recortes históricos distintos para a realização dos capítulos 4 e 5. O capítulo 4 abarcou um período histórico compreendido entre o final da 2ª Guerra Mundial (1945) e a queda do Muro de Berlim (1989). Tal recorte histórico foi concebido no capítulo 4, porque o mesmo tem condições de proporcionar três entendimentos, considerados basilares para a execução da presente pesquisa: 1) compreender como se desencadeou o processo de independência vivenciado pela Angola; 2) compreender como se deu a participação de determinados atores estatais na Angola durante esse período; e 3) compreender como surgiu e o desenvolveu os principais movimentos políticos no país e suas interferências no processo de paz em Angola. Já o capítulo 5, envolveu um período compreendido entre a queda do muro de Berlim (1989) e o ano que foi celebrada a paz no país africano (2002). No que concerne ao capítulo 5, tal delimitação temporal foi adotada, pois o término da guerra fria gerou o protagonismo da ONU no cenário internacional, a qual estabeleceu quatro missões de paz e dois escritórios no país até alcançar a paz em 2002.

Quanto à delimitação institucional, essa pesquisa entende que houve a participação de diversos organismos supranacionais, mas a atividade de pesquisa ficou centrada exclusivamente nas missões e ações conduzidas pela ONU.

No que concerne ao universo escolhido, essa pesquisa optou por uma amostra compreendida por sete países: 1) Estados Unidos da América; 2) ex-União das

Repúblicas Socialistas Soviéticas; 3) Rússia; 4) Cuba; 5) Zaire; 6) África do Sul; e 7) Namíbia. A escolha por esses países foi adotada tendo em vista a influência com que cada um destes exerceram no processo de independência e paz vivenciado em Angola, durante o período selecionado.

1.4 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

Esta seção busca, de forma resumida, discorrer sobre os principais tópicos que justificam a importância desse trabalho, estando apoiada nos seguintes aspectos:

Pereira e Visentini inferem que Brasil e África possuem fortes laços culturais e históricos em comum, com destaque para os seguintes: 1) a história brasileira praticamente se confunde com a história africana; 2) Brasil e África possuem geografia semelhante, particularmente no que se refere ao clima e à vegetação; 3) brasileiros e africanos detêm fortes traços culturais e humanos em comum; e 4) a maior população negra fora da África reside no Brasil (PEREIRA; VISENTINI, 2016).

No campo político e econômico, o Brasil possui importantes parcerias com diversos países do continente africano, quais sejam: 1) BRICS¹: sob a plataforma das principais economias emergentes no mundo, o Brasil juntamente com a África do Sul, participa dessa aliança política com a Rússia, Índia e China; 2) IBAS²: sob o escopo dos principais países do sul global, Brasil, Índia e África do Sul participam com a Índia desse fórum de diálogo internacional; e 3) CPLP³: na dimensão histórica e cultural, Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné Equatorial, Moçambique e São Tomé e Príncipe integram essa comunidade juntamente com Portugal e Timor Leste (PND, 2012).

Na vertente político-estratégica, salienta-se o papel de destaque dado pela

¹ Os BRICS atuam em duas esferas: 1) governança econômico-financeira, com prioridade na coordenação no âmbito do G-20 e na reforma do FMI; e 2) governança política, com foco na reforma das Nações Unidas e de seu Conselho de Segurança. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3672-brics>.

² O IBAS atua em três vertentes: 1) coordenação política, com foco na reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e nos objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030; 2) cooperação setorial, particularmente o desenvolvimento social, econômico e ambiental; e 3) cooperação com terceiros países, utilizando o fundo IBAS para ajudar na pobreza e na fome de outros países. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3673-forum-de-dialogo-india-brasil-e-africa-do-sulibas>.

³ A CPLP atua em quatro setores: 1) na projeção internacional da língua portuguesa; 2) no fortalecimento institucional e político de seus membros em momentos de instabilidade; 3) na proposta conjunta dos interesses em comum dos países membros nos fóruns internacionais; e 4) no desenvolvimento de programas de cooperação em diversas áreas. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3676comunidade-dos-paises-de-lingua-portuguesa-cplp>.

Política Nacional de Defesa sobre a importância da relação do Brasil com os países africanos no campo da segurança e defesa. Além do que define que o país deve priorizar a participação em operações de paz em locais inseridos em seu entorno estratégico, respeitando os princípios da autodeterminação, da não-intervenção, da igualdade entre os Estados e da solução pacífica de conflitos (PND, 2012).

No campo da Defesa, nota-se que a realidade que se descortinou após a Guerra Fria no continente africano, evidenciou um quadro instável em que muitos fatos ocorridos na África causaram impactos diretos na defesa do Atlântico Sul e para o Brasil, com destaque para os seguintes eventos: 1) os inúmeros conflitos intraestatais e interestatais ocorridos na África; 2) a existência de grande quantidade de recursos naturais existentes no continente africano e o jogo de interesses envolvido; 3) a presença de atores extracontinentais no continente; 4) a instabilidade política africana; e 5) o insucesso de algumas missões de paz implementadas no âmbito da África Subsaariana (VISENTINI; MIGON; PEREIRA, 2016).

No campo do domínio científico no Brasil, nota-se a relevância do tema no âmbito da esfera pública, bem como no seio da comunidade científica. No tocante ao poder público, convém ressaltar a recente demanda pública implementada no país para o incentivo de pesquisas voltadas para a Defesa, que pôde ser materializada por iniciativas como Pró-Defesa⁴ e Pró-Estratégia⁵ (VISENTINI; MIGON; PEREIRA, 2016). Já no âmbito da academia, nota-se o surgimento de novos cursos de graduação voltados para a área da Defesa, bem como o reconhecimento pela CAPES de novos cursos de pós-graduação nível *stricto sensu* voltados para a área da Defesa no país, permitindo o alargamento do enfoque multidisciplinar sobre o tema (PINHEIRO DA CUNHA; MIGON, 2017).

Em suma, a proposta desta pesquisa é relevante atualmente no país com base nos fatores acima elencados, os quais puderam demonstrar a importância do assunto tratado em diversos campos de análise (político, econômico, estratégico, militar, cultural e histórico), bem como encontra suporte no crescente interesse e importância que a academia brasileira vem dando para o tema.

2 METODOLOGIA

⁴ Disponível em: <http://www.capes.gov.br/bolsas/programas-especiais/pro-defesa>.

⁵ Disponível em: <http://www.capes.gov.br/bolsas/programas-especiais/pro-estrategia>.

Este capítulo tem por finalidade apresentar o caminho que se pretende percorrer para solucionar o problema de pesquisa, especificando os procedimentos necessários para alcançar os objetivos (geral e específicos) apresentados. Desta forma, o mesmo está estruturado da seguinte forma: 1) Perspectiva Epistemológica; 2) Concepção Metodológica; e 3) Limitações do Método.

2.1 PERSPECTIVA EPISTEMOLÓGICA

Esta seção tem por finalidade reservar um ambiente nessa pesquisa para deliberar sobre a epistemologia e como ela se relaciona na condução dessa pesquisa científica. Para tanto, inicia-se com um debate teórico sobre o tema, finalizando com a apresentação da base epistemológica escolhida que servirá de alicerce para esse projeto de pesquisa.

A literatura atual contém diversos pontos de vista sobre o que venha a ser epistemologia. Por incrível que pareça, os mesmos não são divergentes. Pelo contrário, se complementam, pois proporcionam uma compreensão mais ampla desse conceito com múltiplos enfoques.

Bunge (1980) entende que a epistemologia exerce um papel fulcral na pesquisa científica. Na visão dele, o trabalho científico apoiado numa epistemologia que possui teorias sólidas transforma-se num instrumento que permite o pesquisador respaldar os resultados de seu trabalho científico com consistência. Para Tesser, a principal função da epistemologia num processo investigatório é a capacidade que a mesma tem em definir os pressupostos teóricos sobre os quais a pesquisa vai se apoiar na condução da pesquisa (TESSER, 1994).

Sob outro enfoque, verifica-se que a epistemologia pode ser compreendida também como sendo o alicerce para a construção do conhecimento científico, assumindo o *status* de teoria verdadeira e irrefutável e que refletirá os efeitos em toda a condução do processo investigatório (TEIXEIRA; MIGON, 2017 apud BACHELARD, 1973; CRESWELL, 2013).

As distintas abordagens sobre o conceito de epistemologia provocam uma reflexão onde nota-se que todas as perspectivas apresentam um ponto em comum, qual seja: o conceito de epistemologia está muito correlacionado como sendo a ciência que serve de base para o desenvolvimento de outra ciência, na formulação de um conhecimento científico. Pelo que foi apresentado, esse trabalho científico adotará

a epistemologia da complexidade como o paradigma conceitual que servirá de base para a condução desse processo investigatório.

2.1.1 O paradigma da complexidade

Esta subseção realiza uma breve ambientação acerca do paradigma da complexidade, percorrendo sobre seus principais fundamentos. Conhecido também como a epistemologia da complexidade, este paradigma pode ser compreendido pelo entendimento de cinco pressupostos teóricos definidos por Morin sobre a teoria da complexidade: 1) relação existente entre a ciência e a vida; 2) pensamento complexo; 3) noções de ordem, desordem e organização; e 4) noções de sujeito, autonomia e auto-organização (PETRAGLIA, 2008).

O primeiro pressuposto diz respeito sobre a relação existente entre a ciência e a vida e como uma interfere na condução da outra e vice-versa. Em suma, a presença de inúmeras variáveis no processo de construção do conhecimento com capacidade de interferir no desenvolvimento da ciência, tornam complexa a tarefa de construir um conhecimento com validade científica. Com vistas a eliminar as influências sobre a vida das pessoas e buscar a neutralidade científica, Morin entende que o domínio científico necessita de objetividade e método próprio para analisar o objeto selecionado, de tal forma que o processo tenha a capacidade de, ao mesmo tempo, não excluir e nem sofrer influência de nenhuma dos atores existentes (PETRAGLIA, 2008).

A segunda reflexão está apoiada na adoção do pensamento complexo para a condução do processo investigatório, o qual deve priorizar o emprego da não linearidade em detrimento da linearidade na formulação do conhecimento científico. A não linearidade pode ser buscada pela utilização do maior número de fontes e metodologias possíveis (GUBA, 2010).

A terceira reflexão pauta-se pela aplicação dos conceitos de ordem, desordem e organização definidos por Morin numa pesquisa científica e como eles se inter-relacionam. Para ele, desordem e ordem caminham lado a lado e que a complexidade desse pressuposto está em entender a importância desses dois pensamentos antagônicos para a organização de um conjunto. Segundo ele, o sistema que apresenta somente a ordem não estimula a geração de idéias inovadoras, ao passo que o predomínio da desordem também não proporciona um ambiente favorável à

organização. Ou seja, a ordem e a desordem coexistem no ambiente atual e são fundamentais para a organização do sistema (MORIN, 2000).

A quarta idéia é, basicamente, derivada da aplicação do conceito anterior na medida em que trata das relações entre o sujeito, autonomia e a auto-organização. Nessa perspectiva, Waldrop propõe que a combinação de inúmeros atores, estatais e não estatais, interagindo sob diferentes formas num sistema, conduz o conjunto a uma auto-organização espontânea, dando um caráter dinâmico e adaptativo à formação do mesmo. A busca constante pela acomodação no sistema revela duas características importantes: 1) a adoção de várias identidades por um ator; e 2) a redução da importância do caráter autônomo num sistema (WALDROP, 1992).

2.1.2 A aplicação do paradigma da complexidade nessa pesquisa

O período que se descortinou no final da Guerra Fria trouxe consigo uma realidade complexa no mundo. Notou-se a emergência de diversos atores não estatais no Sistema Internacional possuindo “*status*” de Estados, ao mesmo tempo em que a dissolução da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas inseriu novos Estados independentes, todos sendo reconhecidos pela Organização das Nações Unidas.

Em meio a essa realidade, veio o Consenso de *Washington* e a globalização, fenômenos políticos que restringiram o papel do Estado, direcionando algumas de suas prerrogativas para outros aparatos institucionais. Adiciona-se também a crescente importância a partir de 1990, de temas na agenda internacional como terrorismo, meio ambiente, tráfico de drogas, crescimento econômico, refugiados, operações de paz, dentre outros.

Como resultado, houve uma mudança sistêmica da bipolaridade para a multipolaridade. Assim, a suposta estabilidade proporcionada pela Guerra Fria deu lugar a uma instabilidade multifacetada na qual uma miríade de atores, estatais e não estatais, passaram a interagir como jamais visto anteriormente. Em vista dessa realidade, entende-se que os pressupostos teóricos definidos por Morin acerca do paradigma da complexidade se aplicam nesse trabalho científico, pois buscam contemplar todas as variáveis existentes num sistema para a geração do conhecimento (TEIXEIRA; MIGON, 2017).

2. 2 CONCEPÇÃO METODOLÓGICA

Esta seção tem por finalidade discorrer sobre a metodologia que será empregada para realizar o presente trabalho científico.

Conforme relatado anteriormente, a realidade contemporânea se apresenta de forma complexa, com a ocorrência de fenômenos distintos e individualizados que fazem com que um determinado evento não necessariamente deva ser analisado da mesma forma como outro evento semelhante que ocorreu outro lugar, em outro momento e sob outra faceta. Diante dessa realidade, observa-se que após a queda do muro de Berlim, Angola necessitou de treze anos para finalizar seu processo de paz. Nesse período, notou-se também a participação e a interferência de atores estatais e não estatais nesse processo.

Haja vista a ocorrência de quatro operações de paz e o estabelecimento de um escritório das Nações Unidas em Angola durante esse período, inicialmente essa pesquisa analisou o processo de paz em cinco subperíodos, definidos de acordo com a duração das missões de paz implementadas, pois se entende que cada recorte temporal contém características em comum. O quadro abaixo materializa o que foi descrito:

Quadro 1: Recortes Temporais adotados nessa pesquisa

Ações da ONU	Período
UNAVEM I ⁶	1989 - 1991
UNAVEM II ⁷	1991 - 1995
UNAVEM III ⁸	1995 - 1997
MONUA ⁹	1997 - 1999
UNOA ¹⁰	1999 - 2002

Fonte: Organização das Nações Unidas, 2018.

Cada período foi analisado individualmente e com o propósito de identificar os aspectos positivos e negativos contidos em cada recorte temporal e que, de alguma forma, refletiu na condução do processo de paz experimentado em Angola.

Para realizar essa análise, partiu-se do pressuposto definido pelo paradigma da complexidade. Em síntese, entende-se que o sistema internacional atual é composto por diversos atores (estatais e não estatais), ao quais interagem em distintas formas e provocam uma auto-organização espontânea no planeta, dando um caráter

⁶ UNAVEM I – *United Nations Angola Verification Mission I*

⁷ UNAVEM II – *United Nations Angola Verification Mission II*

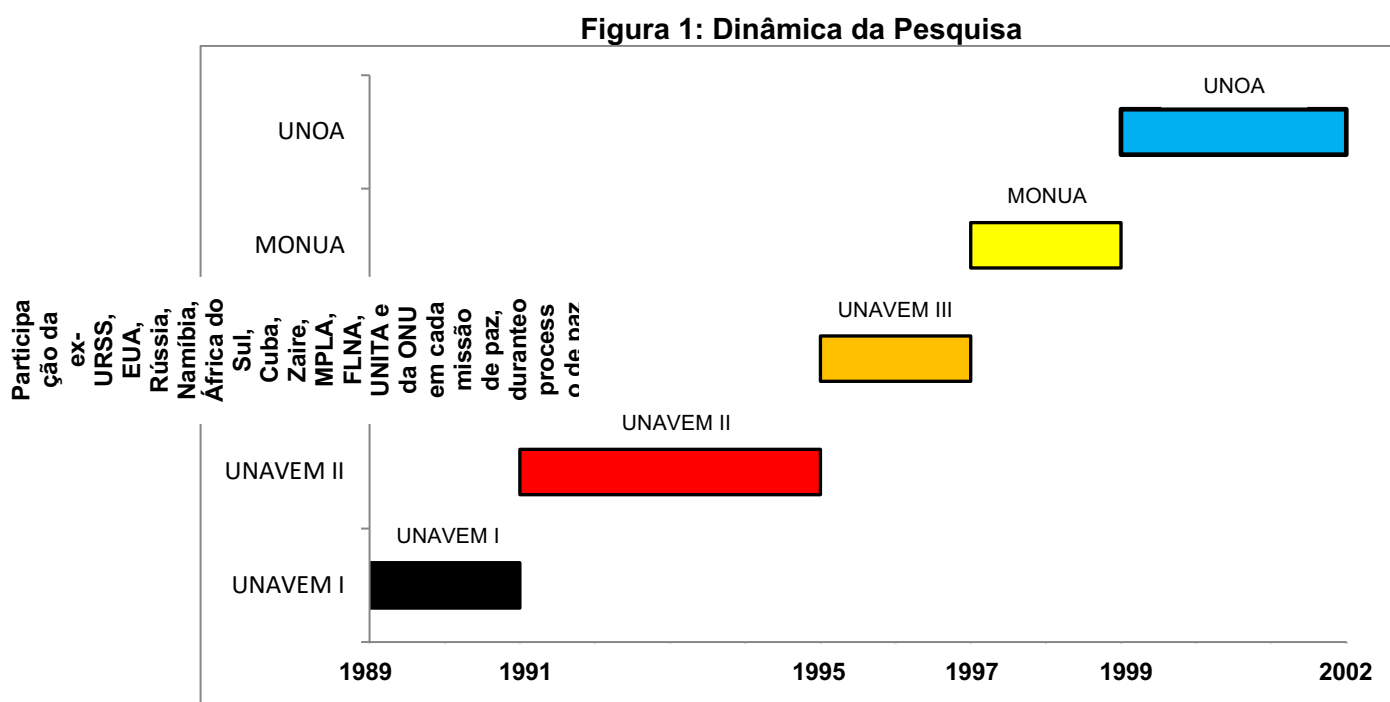
⁸ UNAVEM III – *United Nations Angola Verification Mission III*

⁹ MONUA – *United Nations Observer Mission in Angola*

¹⁰ UNOA – *United Nations Office in Angola*

dinâmico e adaptativo ao sistema internacional. No caso específico de Angola, essa pesquisa entende que inúmeros atores (estatais e não estatais), interferiram de forma positiva e até negativa no processo de paz vivenciado pelo país após a queda do muro de Berlim. Em vista dessa realidade, definiu-se da seguinte forma o universo de atores estatais a ser analisado nesse trabalho científico: 1) ex-URSS, 2) Rússia, 3) EUA, 4) África do Sul, 5) Namíbia, 6) Zaire e 7) Cuba. No que concerne ao universo de atores não estatais pesquisados nesse mesmo trabalho, selecionou-se os seguintes atores: 1) ONU, 2) FLNA¹¹, 3) MPLA¹² e 4) UNITA¹³.

Ou seja, tomando por base os recortes temporais definidos anteriormente, buscou-se verificar em que medida, os atores estatais e não estatais selecionados influenciaram de forma positiva e/ou negativa no processo de paz experimentado pelo país africano após a Guerra Fria, culminando com a celebração da paz por meio da assinatura do acordo de Luanda em 2002. A figura abaixo procura exemplificar o que foi escrito anteriormente:



Fonte: elaboração própria, com dados da ONU, 2018.

Assim, espera-se que a concepção metodológica adotada promova amplitude e densidade nesse trabalho e que possibilite a resolução do problema de pesquisa proposto, gerando um conhecimento consistente do objeto de estudo analisado.

¹¹ FLNA – Frente de Libertação Nacional de Angola

¹² MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

¹³ UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

2.3 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

Esta seção discorre rapidamente sobre as principais limitações existentes quando da utilização da triangulação em pesquisas científicas.

Uma limitação dessa pesquisa repousa no universo selecionado de atores estatais e atores não estatais. Esse trabalho científico reconhece essa limitação em alcance, mas reconhece que uma análise voltada em sete países, proporciona um estudo mais aprofundado acerca do processo de paz experimentado em Angola.

Da mesma forma como ocorrido com a escolha dos atores estatais, outra limitação deste trabalho científico reside no universo dos atores não estatais.

Em vista do que foi apresentado, essa pesquisa reconhece as limitações do método pelos fatores elencados anteriormente, mas entende que essa metodologia é suficientemente capaz para resolver o problema de pesquisa proposto, na medida em que se propôs a investigar a participação e a influência de Estados no processo de paz vivenciado em Angola, após a Guerra Fria.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo tem por finalidade realizar uma análise conceitual sobre a evolução das operações de paz sob a égide da ONU desde o ano de 1948 até os dias atuais. Entende-se que os conceitos aqui debatidos são basilares para o desenvolvimento da pesquisa propriamente dita e possibilitam realizar conclusões e reflexões científicas sobre a temática em estudo. Para tanto, o referencial teórico procura saber como se deu a dinâmica da evolução das operações de paz, sob a égide da ONU.

3.1 A EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE PAZ

As missões onusianas tiveram seu início com o término da 2ª Guerra Mundial (GM), particularmente no ano de 1948, e se estende até os dias atuais. Nesse período, a doutrina dessas operações evoluiu de acordo com o ambiente internacional existente em cada época, vindo a sofrer uma série de transformações desde a forma como foi concebida em 1948 até a maneira como está sendo utilizada nos dias atuais (BELLAMY, 2004).

Um dos principais fatores que motivaram a transformação das missões de paz foi a preocupação, crescente, com a proteção das pessoas. Isso fez com que as operações de paz evoluíssem para uma melhor gestão dos conflitos, e não mais para a simples resolução dos mesmos. Assim, o aspecto humanitário das missões de paz

tornou-se central, balizando a concepção de emprego dos profissionais da ONU (KENKEL, 2013). É neste contexto que as operações de paz evoluíram ao longo de seus quase 70 anos de existência, dando origem as gerações de operações de paz, que ocupam posição de destaque na história doutrinária das missões de paz.

3.1.1 As Operações de Paz de 1ª Geração

Logo após a 2ª Guerra Mundial, o mundo sentiu a necessidade de se criar uma entidade internacional que fôsse capaz de estabelecer parâmetros aceitáveis para que a paz pudesse prevalecer entre as nações, ou pelo menos para que os conflitos não atingissem níveis alarmantes (PENNA FILHO, 2004).

Porém, a realidade mundial nessa época freou o ímpeto da ONU, com a Guerra Fria dividindo o mundo em dois blocos antagônicos e travando o processo decisório do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), pois o emprego de força estava condicionado à unanimidade dos cinco membros permanentes: Estados Unidos da América, ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, China, França e Grã-Bretanha (BOUTROS-GHALI, 1993). Diante dessa realidade, a ONU não conseguiu colocar em prática o que havia idealizado inicialmente para as operações de paz.

Foi nesse ambiente que surgiu a 1ª Geração em 1948, dividida entre a manutenção de paz mundial e a realidade imposta pelo confronto bipolar no seio da ONU. Assim, o período que engloba o término da 2ª Guerra Mundial e o final da Guerra Fria compreende o surgimento de todas as missões que atuaram sob o escopo da 1ª geração das operações de paz e que ainda estão em curso atualmente (RODRIGUES; MIGON, 2017).

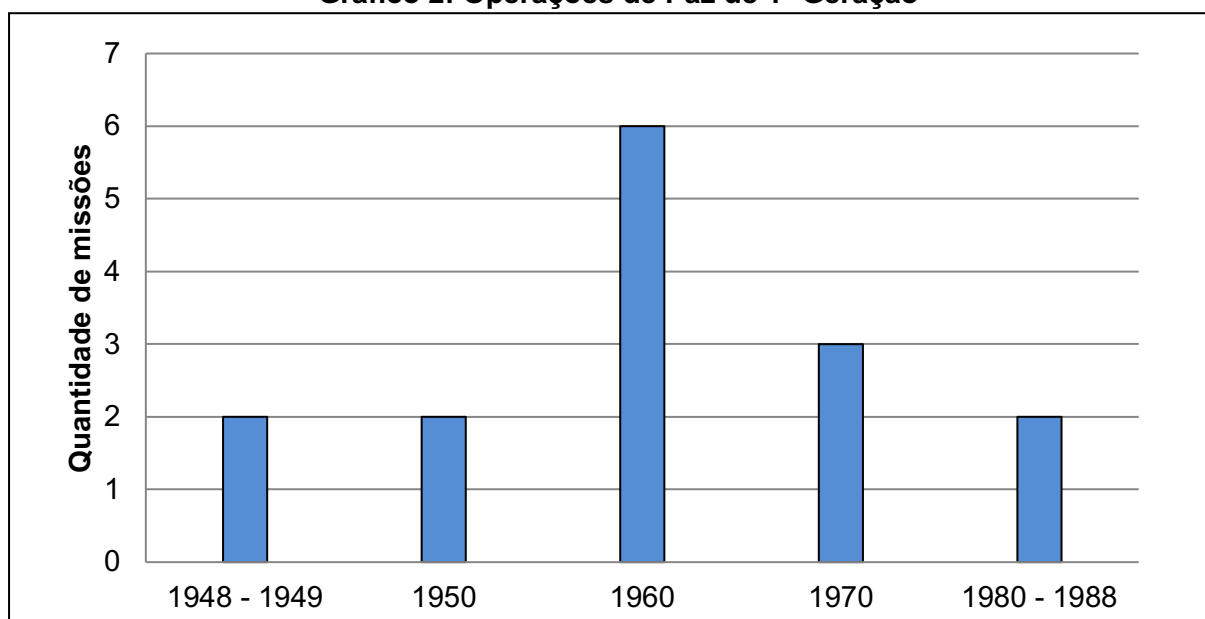
O traço marcante na concepção de emprego dessas operações de paz estava baseado em não empregar a força nas operações, estando apenas autorizado o uso da força em legítima defesa das tropas da ONU (BRAGA, 2012). Miall alimenta a discussão ao acrescentar que as missões onusianas ocorridas nessa época exerciam a função de monitorar as fronteiras, estabelecendo zonas tampão, depois de ter conseguido o acordo de cessar fogo entre os beligerantes (MIALL, 1999).

Já Kenkel assinala que a principal característica das missões de paz dessa geração estava na implantação de uma força de interposição na linha de frente entre os contendores, reduzindo o contato entre opositores e diminuindo a probabilidade de escalada da crise (KENKEL, 2013).

Em vista disso, depreende-se que as missões de paz possuíam três atores basicamente: *dois Beligerantes e uma Força de Interposição*. Ainda que enquadrados num cenário belicoso, um traço importante se baseava na convergência dos três atores para um mesmo objetivo, que era pôr fim ao conflito por meio de uma resolução política (BELLAMY; WILLIAMS, 2009).

A ONU reforça o conceito anterior ao assinalar que essas missões possuíam objetivo limitado a, tão somente, estabilizar a situação em campo para que houvesse um espaço político no qual fosse possível resolver o conflito por meios pacíficos (DPKO, 2008). Em vista disso, Cepik e Kuele destacam que as três principais características das missões de paz dessa época são as seguintes: 1) consenso entre as partes envolvidas no conflito, 2) imparcialidade e 3) não uso da força (CEPIK; KUELE, 2015). O gráfico 2 apresenta as missões de 1ª Geração:

Gráfico 2: Operações de Paz de 1ª Geração



Fonte: RODRIGUES; MIGON, 2017.

Rodrigues e Migon apontam que há 15 missões nesse período, sendo 6 na década de 1960. Dessas 15, 5 estão em curso atualmente: 1) UNTSO (*United Nations Truce Supervision Organization*), 2) UNMOGIP (*United Nations Military Observer Group in India and Pakistan*), 3) UNFICYP (*United Nations Peacekeeping Force in Cyprus*), 4) UNDOF (*United Nations Disengagement Observer Force*) e 5) UNIFIL (*United Nations Interim Force in Lebanon*) (RODRIGUES; MIGON, 2017).

Kenkel entende que as principais críticas acerca das missões de 1ª Geração sofreram críticas, sendo que a principal destas repousa na natureza passiva e na base rígida na solução pacífica dos conflitos dessas missões, as quais nem sempre

atingiram o estado final desejado. O aspecto positivo dessas críticas está no papel construtivo em que as mesmas foram abordadas, tornando-se fundamentais para ajudar a sedimentar o início da nova geração de missões de paz (KENKEL, 2013).

3.1.2 As Operações de Paz de 2ª Geração

Rodrigues e Migon entendem que o término da Guerra Fria fez com que, a ONU voltasse a ganhar força nas suas ações, provocando o que muitos chamaram de descongelamento das ações da ONU no sistema internacional. Esse fato fez com que as missões de paz voltassem a ganhar impulso, ganhando novas formas e novos entornos, aplicando os ensinamentos colhidos e proporcionando uma mudança na concepção de emprego dos capacetes azuis. Esse ambiente proporcionou as condições favoráveis para o surgimento da chamada 2ª Geração das operações de paz (RODRIGUES; MIGON, 2017).

O cenário internacional após a Guerra Fria gerou condições para o surgimento de conflitos que não expressavam mais uma rivalidade entre Estados, mas sim uma fricção no ambiente interno estatal, quer seja nas etnias, nas facções e até em grupos de pessoas que não aceitavam viver juntos (LA MAISONNEUVE, 1998).

Foi nessa atmosfera que o CSNU passou a autorizar missões cada vez mais complexas, abarcando várias funções e atividades e assim surgiram as operações de paz chamadas de Segunda Geração¹⁴, com mandatos orientados à prestação de ajuda humanitária, verificação da situação dos direitos humanos, policiamento ostensivo, supervisão de eleições, auxílio à administração pública, restauração da infraestrutura e do setor econômico, além dos objetivos tradicionais (BIGATÃO, 2007).

Posicionando-se oficialmente, a ONU assinala que as missões de paz de 2ª geração incluíram uma série de novas tarefas, englobando aspectos militares, aspectos políticos, preocupação humanitária e com o desenvolvimento do país hospedeiro. A busca por uma paz duradoura, querendo evitar os erros verificados nas Operações de paz de 1ª geração nortearam as ações da ONU nessa época. (DPKO/DFS, 2008).

Em meio a essas mudanças no cenário internacional, o secretário geral da ONU Boutros Boutros-Ghali elaborou um documento chamado de: a Agenda para a Paz, o qual ampliou as missões de paz sob o ponto de vista conceitual, passando a incluir

¹⁴ As missões de paz de 2ª Geração também são chamadas de operações multidisciplinares, multidimensionais ou multifuncionais.

atividades como a diplomacia preventiva, a imposição da paz e a construção da paz (BOUTROS-GHALI, 1992).

Silva nos assevera que um dos problemas decorrentes do alargamento das tarefas relacionadas ao mandato foi o surgimento de uma lacuna entre os objetivos a serem atingidos pela missão e aquilo que, efetivamente, as operações de paz poderiam executar na prática, tanto em termos legais como materiais (SILVA, 2012).

Sob outra perspectiva, Kenkel observa que as missões de paz nesse período foram quase sempre implementadas sob os auspícios do capítulo VI da Carta das Nações Unidas, ou seja, não foram realizadas mudanças operacionais nas regras de engajamento dos militares para atender o alargamento das atividades assumidas pelo contingente da ONU (KENKEL, 2013).

Diante dessa realidade, alguns estudiosos entendem que o sucesso dessas missões dependeria ora da boa vontade das partes em conflito, ora do peso da persuasão moral da ONU. Com isso, verificou-se que nem todas as missões nesse período lograram o êxito esperado, pelo contrário, algumas obtiveram grande fracasso e serviram de base para o emolduramento das gerações de missões futuras.

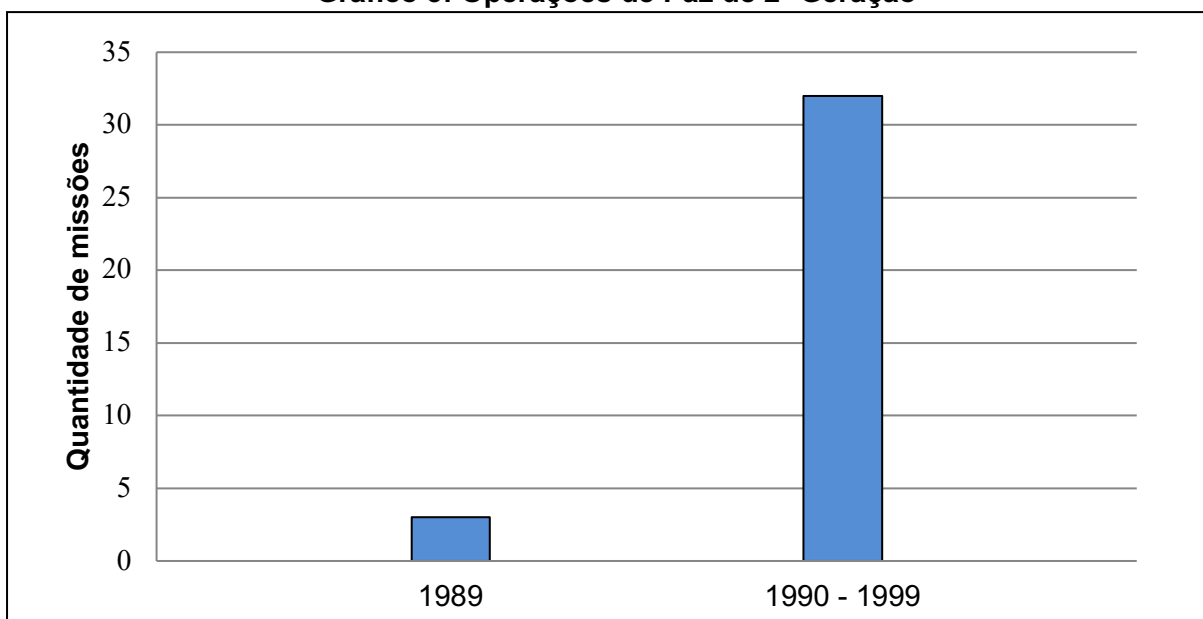
Bigatão põe ingredientes nessa discussão ao inferir que muitos analistas entenderam que a ONU atingiu resultados satisfatórios em algumas áreas, mas que não foi capaz de obter êxito na execução completa dos mandatos das missões multidisciplinares, conforme ocorrido na Namíbia, em Moçambique, em Angola e no Camboja (BIGATÃO, 2007).

Assim, Kenkel aponta o esgotamento do aparato onusiano, tanto no campo operacional quanto financeiro e institucional, fazendo com que a ONU registrasse três grandes fracassos em missões na década de 1990: 1) o despreparo da ONU em prevenir ou limitar o genocídio de Ruanda em 1994; 2) a ineficácia da ONU na concretização de um acordo político, juntamente com as perdas militares, relativamente pesadas, na Somália; e 3) a incapacidade da ONU em proteger os civis na Bósnia, simbolizado pelo massacre de Srebrenica de 1995 (KENKEL, 2013).

Sob essa ótica de erros e acertos – ou fracassos e êxitos – é que se desenvolveram as missões de paz da 2ª Geração. Destacam-se ainda o descongelamento das ações da ONU e uma preocupação cada vez maior dessa instituição e da sociedade com a segurança do ser humano nos mais variados níveis. Outra característica importante desse período se apoia no aumento das tarefas e atividades da ONU no país hospedeiro, sem recebimento do devido apoio estrutural,

jurídico e financeiro por parte do CSNU para dar cabo dessas múltiplas demandas. O gráfico 3 apresenta as operações de paz de 2ª Geração:

Gráfico 3: Operações de Paz de 2ª Geração



Fonte: RODRIGUES; MIGON, 2017.

Observa-se que o número de missões de paz aumentou potencialmente, registrando 35 missões em pouco mais de 10 anos. Dissecando ainda mais esses números, três missões da 2ª Geração tiveram início em 1989: UNAVEM I (*United Nations Angola Verification Mission I*), ONUCA (*United Nations Observer Group in Central America*) e UNTAG (*United Nations Transition Assistance Group*). E as outras 32 se iniciaram na década de 1990.

A 2ª geração das operações de paz proporcionou ensinamentos para as futuras gerações, seguindo uma tendência verificada já na 1ª geração. Nesse contexto, Kenkel esclarece que cada uma das missões ocorridas nesse período foi capaz de gerar ensinamentos nos princípios da manutenção da paz, levando ao surgimento de uma 3ª Geração de operações de paz (KENKEL, 2013).

Sendo assim, Rodrigues e Migon asseveram que as missões de 3ª geração surgiram da evolução natural da 2ª geração, refletindo novamente o ambiente internacional de sua época e seus reflexos para a evolução das missões de paz (RODRIGUES; MIGON, 2017).

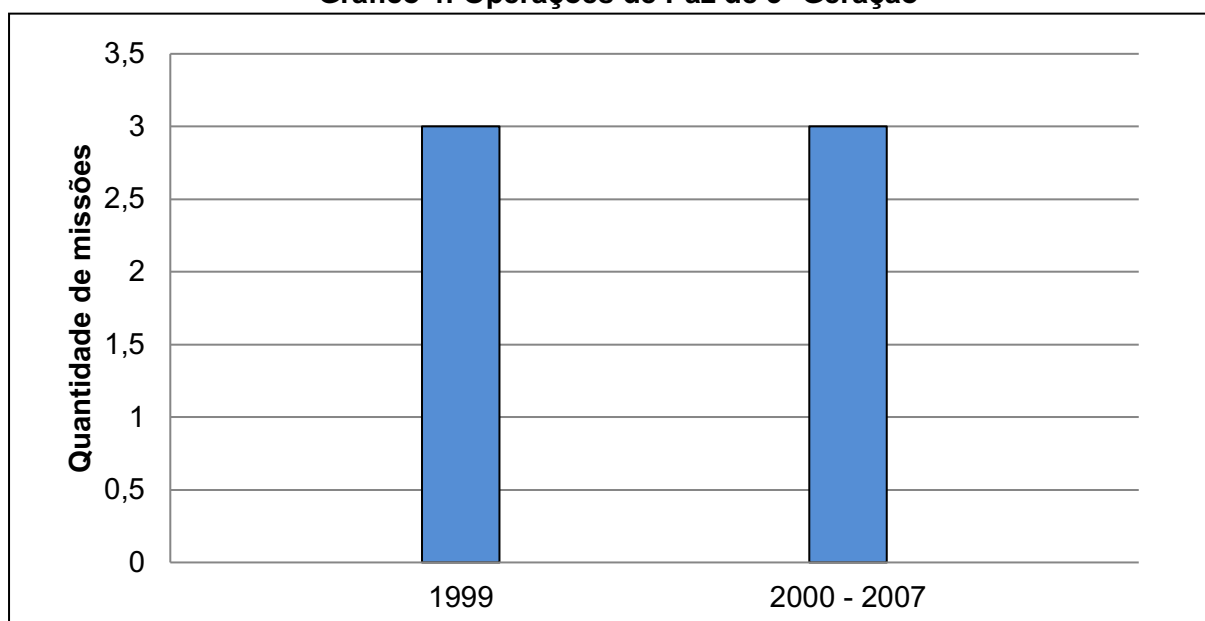
3.1.3 As Operações de Paz de 3ª Geração

Os fracassos da ONU obtidos em Ruanda, na Somália e na Bósnia chamaram a atenção da comunidade internacional, fazendo com que a mesma se debruçasse

sobre o tema com o objetivo de encontrar respostas para o ocorrido. Bigatão assinala que o fracasso em tais operações fez com que o Secretário-Geral da ONU Kofi Annan solicitasse a um grupo de estudiosos internacionais uma revisão dos temas relativos às missões de paz, cujos resultados foram concentrados num documento chamado de Relatório *Brahimi* (BIGATÃO, 2007). Esse documento foi o motor necessário para que a 3ª Geração ganhasse forma e contorno e se distinguisse da 2ª geração das operações de paz. Nesse sentido, o Relatório *Brahimi* se tornou num documento fundamental para a compreensão da natureza e do funcionamento das OPAZ da atualidade (RODRIGUES; MIGON, 2017).

Foi nesse contexto que surgiram as missões de paz de 3ª geração, as quais tiveram início no final da década de 1990 e se estendem até os dias atuais. A diferença mais flagrante das operações de paz de 3ª geração para as missões de 2ª geração é a autorização do uso da força pelas tropas da ONU. O gráfico abaixo elenca a quantidade de missões de paz de 3ª geração:

Gráfico 4: Operações de Paz de 3ª Geração



Fonte: RODRIGUES; MIGON, 2017.

Rodrigues e Migon inferem que há seis missões de paz de 3ª Geração. Das seis, uma não se iniciou nesse período: a *UNIFIL*, que teve início em 1978 e que, até 2006, era uma missão de 1ª Geração – com a resolução nº 1701, de 2006, do CSNU, essa missão passou a integrar a 3ª Geração de operações de paz, pelo mandato mais robusto a que foi submetida (RODRIGUES; MIGON, 2017).

Osman destaca que essas missões foram caracterizadas pelo aumento do uso da força para atingir os objetivos propostos pelo mandato da ONU (OSMAN, 2002).

Aguilar também converge quanto a Osman, afirmando que os mandatos da organização supranacional passaram a utilizar maior uso da força pelo componente militar e insere ingredientes adicionais ao inferir que as operações de paz de 3ª geração demandavam um emprego cada vez maior do componente civil da ONU na região do conflito (AGUILAR, 2015).

Sendo assim, pode-se compreender que a combinação do uso elevado da força, bem como o aumento nas tarefas civis nos mandatos transitórios, emolduraram a base necessária para o surgimento da 4ª Geração das operações de paz.

3.1.4 As Operações de Paz de 4ª Geração

Para Bellamy, a 4ª geração das missões de paz consiste na consolidação robusta das operações de paz da 3ª geração ao combinar permissão para usar a força aliado com autorização para exercer tarefas civis complexas, proporcionando condições satisfatórias para a efetiva reconstrução do país hospedeiro (BELLAMY et al, 2010). Sendo assim, conclui-se que a 4ª geração das missões de paz nasceu, praticamente, do aperfeiçoamento da geração anterior.

Rodrigues e Migon inserem ingredientes adicionais e relatam que o Brasil desempenhou importante papel nessa geração de operação de paz. Motivada por algumas intervenções externas que agravaram ainda mais a sensação de segurança em países hospedeiros, a presidente Dilma Roussef fez uma proposta em 2011, na sede da ONU, provocando os países a refletirem e discutirem sobre o conceito de responsabilidade “ao” proteger, fruto da evolução do conceito anterior existente que era de responsabilidade “de” proteger (RODRIGUES; MIGON, 2017).

Barnett relata que a origem doutrinária da 4ª Geração das missões de paz teve sua semente plantada em 1994, quando o secretário-geral da ONU da época, Boutros Boutros-Ghali, se pronunciou publicamente definindo o conceito de *peacebuilding*¹⁵ pós-conflito em um suplemento da agenda para a paz (BARNETT; ZURCHER, 2009). Na visão do então secretário-geral da ONU, a construção ou reconstrução de determinadas estruturas fortaleceriam o processo de paz no país hospedeiro e evitariam uma recaída durante tal processo. Assim, a 4ª Geração passou a ser conhecida como operações de construção da paz.

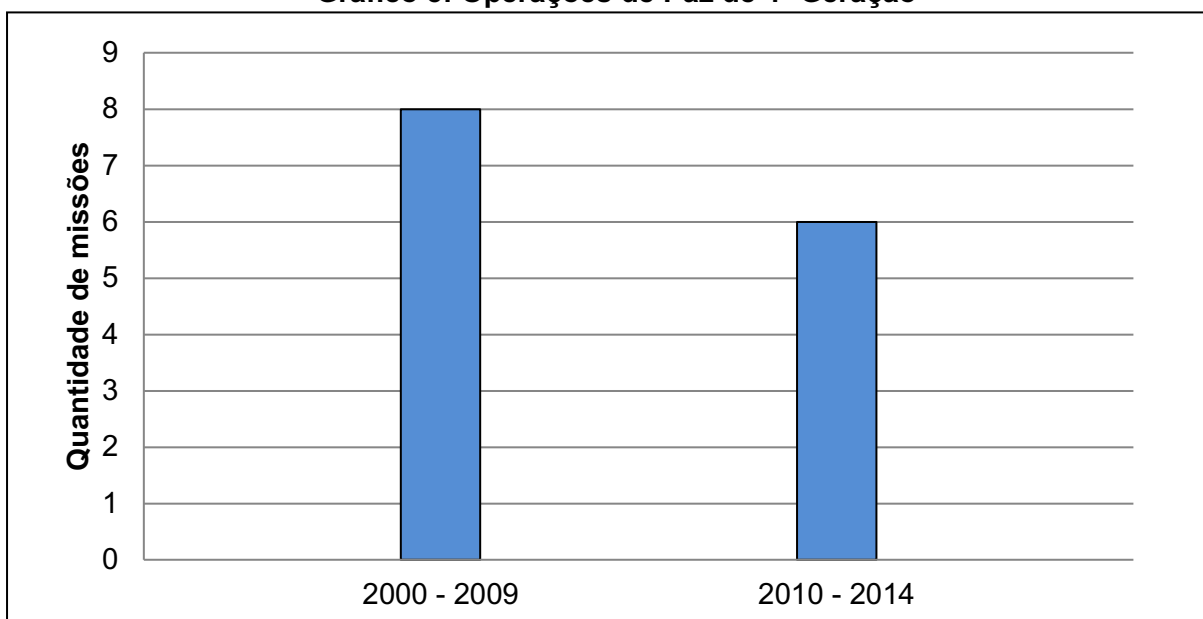
¹⁵ *Peacebuilding* – conceito definido pela Agenda Para a Paz, em 1992:

Tradução própria - “uma ação para identificar e suportar estruturas que tendem a fortalecer e solidificar a ordem de paz para evitar uma recaída no conflito” (UN, 1992).

Richmond entende que essas missões se caracterizam, na sua essência, em prevenir formas de violência direta ou indireta por meio da reconstrução ou construção de determinadas estruturas no país hospedeiro, as quais fortalecerão o processo de paz (RICHMOND, 2004). Mas entender as operações de paz de 4ª Geração não é tarefa simples. Há três dimensões de *peacebuilding* pós-conflito: 1) criação de estabilidade; 2) restauração de instituições estatais; e 3) direcionamento das dimensões socioeconômicas do conflito (BARNETT; ZURCHER, 2009).

Christie assevera que essas missões marcaram uma mudança significativa nas metas de intervenção internacional, pois as mesmas preconizam a reestruturação dos sistemas político e econômico do país hospedeiro, de tal forma que as mesmas promovam a satisfação equitativa e sustentável das necessidades humanas (CHRISTIE, 2006). Diante desse alargado rol de tarefas e definições, será mostrado o gráfico 5, com o número total de operações de paz de 4ª Geração:

Gráfico 5: Operações de Paz de 4ª Geração



Fonte: RODRIGUES; MIGON, 2017.

O gráfico anterior revela que há 14 missões na 4ª Geração das operações de paz. Dessas, seis já terminaram suas atividades e oito ainda estão em andamento. De qualquer forma, compreende-se que o papel central dessas missões que as distinguiu de todas as anteriores foi a dupla função exercida nos países hospedeiros, quais sejam: 1) estabelecimento e manutenção da paz; e 2) reconstrução de determinadas instituições nesses locais.

Diante do exposto, espera-se que o referencial teórico aqui abordado promova o correto entendimento e a adequada compreensão sobre a evolução histórica e

conceitual das operações de paz desencadeadas sob a égide da ONU. Em vista disso, estima-se também que esse referencial teórico possa contribuir na resolução do problema de pesquisa proposto.

4 O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA

Os portugueses, durante o reinado de D. João II, em 1484, chegaram ao Zaire. Para conquistar mais territórios africanos, a estratégia portuguesa iniciou-se através de uma aliança com o Reino do Congo, o qual exercia supremacia em toda a região. Mais ao sul existiam dois outros reinos: *Ndongo* e o de *Matamba*, os quais se fundiram dando origem ao reino de Angola. Durante a segunda metade do século XVI, os portugueses aproveitaram-se dos conflitos entre os reinos e instalaram-se na região angolana. Anos depois, fundou-se a cidade de Luanda no ano de 1576, fazendo com que Angola passasse a ser o principal mercado provedor de escravos para o cultivo de cana-de-açúcar do Brasil. Essa dinâmica não se alterou até o final do século XVIII.

A colonização do interior angolano iniciou-se no século XIX, mediante a independência do Brasil e o consequente término do tráfico de escravos, contudo não da escravatura. Esta incursão ao interior teve o intuito de fortificar o domínio português na região, uma vez que a Inglaterra, a Alemanha e a França, requeriam uma parte da região africana. Neste contexto, foram firmados tratados delimitando o quinhão cabível a cada um. No entanto, as fronteiras de Angola só vieram a ser demarcadas no final do século XIX, por ocasião do Tratado de Berlim.

Por ocasião da implantação do regime publicano em Portugal no ano de 1910, Angola passou a receber mais atenção de seus colonizadores em face da criação de escolas e pela ampliação da produção de café, sisal, cana-de-açúcar e milho, dentre outros produtos. Dessa feita, percebeu-se que as indústrias e as propriedades rurais aglutinaram-se em torno das cidades de *Luena* e de Benguela. A exportação de sisal passou a ter maior importância, assim como o café. Além dos artigos supramencionados, houve também o crescimento da exploração de minérios de ferro. A evolução destas explorações permitiu a criação de empregos, ofertados aos imigrantes portugueses pelo próprio Estado.

Na década de 1950, com o término da 2ª Guerra Mundial e o consequente reodernamento de forças no planeta, a descolonização ganhou força no plano internacional, com repercussões no âmbito interno. Dessa forma, em 1956 foi criado o Movimento Popular de Libertação de Angola - MPLA. A década seguinte suscitou uma campanha pela independência através de três movimentos de libertação de Angola como colônia portuguesa, originando uma luta armada contra seus colonizadores. O governo português, ditatorial desde 1926, repeliu qualquer diálogo e manteve-se firme, enviando inúmeros soldados para a África. Durante o conflito armado, Portugal buscou fortalecer sua influência em Angola, realizando importantes obras públicas.

A Revolução dos Cravos e a consequente queda da ditadura em Portugal em abril de 1974, provocou uma enxurrada de esperança de novos horizontes para Angola. O novo governo progressista português iniciou suas negociações com os três movimentos de libertação mais relevantes: Movimento Popular de Libertação de Angola – MPLA, Frente Nacional de Libertação de Angola – FNLA e União Nacional para a Independência Total de Angola – UNITA. Contudo, os movimentos internos estavam relacionados às investidas econômico-militares influenciadas pelo contexto da Guerra Fria (VISENTINI, 2003).

O fim da guerra colonial em Angola foi consagrado pelo Acordo de Alvor, o qual estabeleceu as diretrizes do poder repartido entre a UNITA, o MPLA e a FNLA e a data da efetiva emancipação. A independência de Angola foi celebrada em 11 de novembro de 1975, fato que não representou a paz, uma vez que os líderes dos movimentos de libertação queriam governar do país que estava em formação social, política e econômica.

Para tanto, instauraram uma guerra civil, com base na associação do território como um dos elementos essenciais do Estado. Entretanto, os referidos movimentos apresentavam interesses contraditórios e buscaram através da força, ditar suas políticas. De qualquer forma, Visentini (2003) entende que o que ocorreu em Angola foi algo que estava acontecendo em diversas partes do mundo, na medida em que as guerras e os conflitos armados que ocorreram de 1945 até 1991 na superfície terrestre, especialmente no Terceiro Mundo, foram, em sua imensa maioria, confrontos indiretos entre as superpotências sob o contexto da Guerra Fria.

4.1 OS MOVIMENTOS POLÍTICOS

Muito antes da declaração da independência angolana, o MPLA, a UNITA e a FNLA já lutavam entre si pela governança do país. A Guerra Civil em Angola deu-se por divergências políticas e étnicas entre eles. A implementação de um governo de transição antes da declaração da independência, não gerou os resultados esperados.

A descoberta do petróleo ocorrida em 1958 chamou a atenção do mercado internacional, o que ocasionou a invasão de Angola pela força militar sul-africana vinda da Namíbia, dominando as cidades do Lubango, Benguela e Lobito. Cumpre destacar que essas tropas só não avançaram para a cidade de Luanda, pois receberam ordens para não avançar. Ao invés de avançar, os soldados sul-africanos receberam ordens para ceder suas armas para outro grupo armado, notadamente os guerrilheiros do FNLA, os soldados zairenses oferecidos por Mobutu e alguns filantropos portugueses, todos sob a liderança do Coronel Santos e Castro.

O ataque a Luanda deveria seguir os seguintes passos: primeiro bombardeara cidade, visando instaurar o pânico e depois, atacar por terra.

Sendo assim, no dia 6 de Novembro, depois de ter tomado a vila de Caxito, estabeleceu-se ele com os seus homens no Morro da Cal – uma pequena elevação de terreno situada a cerca de 30 Km de Luanda e dali fez três disparos dos G5 contra a capital. Dos quais um atingiu a pista do aeroporto, outro caiu na baía e o terceiro atingiu a refinaria de petróleo do Alto da Mulemba, provocando um incêndio, que acabou por ser dominado. (MENDES, 2010)

Contudo, a esperada investida contra a cidade, não aconteceu, pois os soldados do MPLA estavam instalados fora do perímetro urbano para distrair as tropas inimigas para permitir o envio de reforços. No dia da proclamação da independência, cada um dos movimentos decretou-a em um local do país:

“Holden Roberto, da FNLA, proclamou a independência no Ambriz, Jonas Savimbi, da UNITA, proclamou a independência no Huambo e Agostinho Neto, presidente do MPLA proclamou em Luanda a independência de Angola, que passa a designar-se por República Popular de Angola, que só viria a ser reconhecida por Portugal em Fevereiro de 1976, sendo o Brasil o primeiro país a reconhecer o governo do MPLA.” (MENDES, 2010)

Durante os anos de enfrentamento contra a supremacia colonial portuguesa, os Movimentos de Libertação relacionaram-se com vários países, de acordo com seu posicionamento ideológico para receber apoio militar e/ou econômico ampliando o conflito interno para o âmbito internacional. Esse auxílio influenciou no andamento dos conflitos internos

4.1.1 O Movimento Popular de Libertação de Angola – MPLA

A concepção do Movimento Popular de Libertação de Angola iniciou-se em 1956 com os princípios políticos e ideológicos expostos no manifesto criado por Viriato Francisco Clemente da Cruz. Buscava, em linhas gerais, a consciencialização dos angolanos para a causa da emancipação do país. Contudo, sua implementação como partido só foi formalizada em 1960 (CAMUTENHA, 2008).

O plano do MPLA visava unir vários grupos em prol da libertação de Angola. A primordial base de apoio do Movimento foram os *quimbundos*, a burguesia negra, a burguesia e mestiça e os operários (CDIH, 2008). Seu estatuto ultrapassou os limites fronteiriços e foi divulgado no exterior, o que fortaleceu a imagem do partido, dando origem a outras organizações como o Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola - PLUAA, que possuía os mesmos objetivos do MPLA. Do PLUAA, gerou-se em 1957 o Movimento Para a Independência de Angola – MIA, o qual buscava a conscientização dos angolanos por meio da distribuição de panfletos divulgando as denúncias sobre a situação sócio-econômica da colônia.

Sob o escopo da Guerra Fria, observou-se que os países do ocidente aderiram a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), como forma de se opor ao bloco soviético e assim influenciar na conscientização da descolonização dos povos africanos.

Com extrema escassez de recursos para a população, até para necessidades básicas, Angola foi submetida durante todo o período como colônia e o estrategema elaborado pelos líderes do MPLA no exterior incutiram o patriotismo e a conscientização necessários para lutar pela emancipação de Portugal. Deste modo, os líderes do referido movimento continuaram buscando em outros países para o reconhecimento da causa angolana (CDIH, 2008).

Na Conferência de Tunês, Viriato da Cruz recebeu uma recomendação dos líderes africanos, presidentes de países libertos da colonização anteriormente, para voltar à África e instalar um bureau do MPLA. Viajando até Guine Conakry, outro líder do movimento, Mario de Andrade conseguiu vistos para os passaportes dos nacionalistas angolanos e patrocínio para instalarem-se no Estado.

Durante o processo dos 50, que foi um conjunto de processos políticos que levou a prisão de 50 nacionalistas angolanos, dentre eles 20 partidários do Movimento, a direção do Movimento foi transferida de Luanda para Conakry. Em solo africano, Mario de Andrade oficializou-se como diretor e presidente do movimento e intensificou as atividades do MPLA. Em julho do mesmo ano, uma delegação do MPLA/FRAIN – Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das colônias portuguesas partiu do solo guineense em direção à China onde angariaram fundos para a luta de emancipação, tal qual relata o CDIH (2008).

Ocorrida no ano de 1961, a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP) foi criada pelo MPLA, inserindo o grupo, na círculo do Grupo de Casablanca. Com isso, o MPLA expandiu sua estrutura, fortalecendo o trabalho diplomático nos países que se mostraram simpáticos pela emancipação de Angola. Nesse período, Portugal não considerava Angola como colônia, e sim uma “extensão” do Estado português. Em vista disso, o Comitê Diretor do MPLA intensificou os trabalhos em busca de apoio diplomático no âmbito africano e internacional, provocando o debate sobre a descolonização em vários fóruns internacionais.

Com a participação do comitê diretor do MPLA na Conferência Afro-asiática ocorrida em 1961, a questão de Angola teve maior visibilidade e, a partir daí criou-se um Comitê Internacional para Angola, que tinha a finalidade de fazer pressão diplomática e política junto às potências internacionais para que Portugal negociasse com os nacionalistas angolanos.

Como as ideias presidencialistas foram rejeitadas pela direção, Mario de Andrade foi demitido da Presidência. Após esse embate e depois de um período preso em Portugal, Agostinho Neto foi nomeado com Presidente honorário do MPLA, em 1962. No entanto, as fricções internas no MPLA não cessaram. A maior desavença no MPLA ocorreu em 1970, quando o Movimento dividiu-se em três vertentes: a Revolta Ativa, liderada por Mário de Andrade; a Revolta do Leste, liderada por Daniel Chipenda; e a Ala Presidencial de Agostinho Neto.

Depois de várias desavenças ocorridas no MPLA, Agostinho Neto, que prometeu impulsionar a luta armada, foi freado pela política de obstrução da FNLA, por intermédio do Governo português. Anos depois, verificou-se que o MPLA foi expulso do Congo, local onde havia estabelecido um governo marxista. Não satisfeito, buscou avançar em Angola pela fronteira Cabinda, onde iniciou seu movimento militar. Em 1974, houve uma conferência na Zâmbia, para unificar novamente o Movimento Pela Libertação de Angola, mas vários opositores não aceitaram a ideia e deixaram o partido.

O Acordo de Alvor determinava que os três movimentos deveriam governar juntos com a anuência de Portugal e atuava como mediador. A ambição pelo controle interno e a passividade do mediário, levaram a ineficácia do acordo. Pequenas desavenças entre os três partidos culminaram na tomada de Luanda, capital angolana, antes mesmo de decretada a independência.

O referido Movimento era hegemônico na capital e em outras cidades da costa, como Lobito e Benguela, de onde expulsou os representantes da UNITA e do FLNA, com o apoio da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e de Cuba. Diversos soldados cubanos desembarcaram em Angola junto com grandes quantidades de armamento, beneficiando o MPLA, em outubro de 1975.

A emancipação de Angola provocou uma luta entre os principais partidos pelo controle do território angolano. Por toda a sua influência anterior, o MPLA saiu como vencedor no primeiro embate.

O Brasil logo gerou relações diplomáticas com o novo governo. O reconhecimento de Agostinho Neto como governante legítimo deu-se pelo presidente Ernesto Geisel e em 1976, o mesmo foi feito pelas Nações Unidas. Tal atitude, contudo, não foi seguida pelos EUA e África do Sul. Os portugueses que moravam no país retiraram-se ainda nos primeiros anos após a independência, fato que agravou a situação econômica de Angola.

Uma nova cisão no MPLA ocorreu em 1977 quando Nito Alves instigou um golpe contra a direção do partido, denominada de Fraccionismo. A tentativa não logrou o intento almejado, devido às tropas cubanas situadas no país (MARQUES, 2012). Após esse fato, o movimento validou então a nomenclatura MPLA-PT (Movimento Pela Libertação de Angola e Partido do Trabalho), além de incluir a designação de partido Marxista-Leninista para colocar em prática os ideais socialistas. A partir deste momento, a UNITA e a FNLA juntaram-se contra o MPLA e uma guerra civil longa e destruidora originou-se contra o governo do MPLA.

Durante o seu tempo de governo, o MPLA usou os sistemas de governo vigentes à época no Leste da Europa. Em 1991, quando Angola adotou o sistema democrático multipartidário, o MPLA abandonou seus princípios e buscou o caminho da “democracia social” com características socialistas, haja vista o protecionismo ao mercado angolano com alto controle estatal.

A presença do MPLA na Conferencia de Tunes, permitiu-lhes angariar as primeiras contribuições para a emancipação. Deste modo, buscou a unificação na Guiné-Bissau e em Moçambique. Na Tunísia, o MPLA estabeleceu as primeiras conexões para proporcionar a instalação do grupo em Conakry, capital da Guiné. Esta sede levou-os a expandir seus contatos, divulgar o conflito e projetar suas diretrizes internacionalmente para obter suporte financeiro.

Como era notório que o MPLA não poderia exercer qualquer atividade em Angola a partir da Guiné, buscou organizar-se no Congo Leopoldville, país recém-emancipado, tendo em vista que a UPA tinha forte influência nessa região e a ideologia comunista do partido, impediram o êxito dessa sede. Em virtude destes fatos, o MPLA instalou-se no Congo Brazzaville, possibilitou o estreitamento das ligações e o suporte de outro conjunto de países, como por exemplo, a Bulgária, a Checoslováquia, a URSS e Cuba, que tinham diplomatas e fortes vínculos de colaboração naquele país. O MPLA recebia desses países, suporte econômico, armamento, além de suporte na formação das forças de guerrilha.

No que tange ao apoio internacional, a UPA conservava vínculo com os Estados Unidos, enquanto o MPLA buscava ajuda junto dos países comunistas. As filiações internacionais existentes na África abrangiam os grupos de Casablanca e Monróvia, separados pelas ideologias. O MPLA fundamentava-se no grupo de Casablanca, onde operavam países como a Argélia, Gana, Mali, Guiné-Conakry, Egito e Marrocos, os quais forneceram ao Movimento formação, armamento e ajuda logística e financeira, em conformidade com Bittencourt (2008).

Em sua proposta, o Movimento desenvolvia duas propostas: mínimo e o maior. No “programa mínimo”, o MPLA lutava pela gênese de uma Frente Angolana de Libertação, que agrupasse todas as frentes como: partidos políticos, organizações populares, forças armadas, organizações religiosas, etnias, camadas sociais angolanas, sem distinção, para continuar a combater pela descolonização com a ajuda de todos.

No seu “programa maior” o MPLA apresentava um governo democrático para Angola que englobava reforma agrária, para erradicar as injustiças; liquidação do monopólio privado de produtos agrícolas; distribuição de terras aos camponeses. Em relação à defesa, planejava fomentar forças militares conectadas ao povo com cidadãos angolanos no comando. Esta estrutura bem formulada levou o MPLA a governar Angola à época de sua independência e até os dias atuais

4.1.2 A União Nacional para a Independência de Angola – UNITA

A gênese da UNITA está ligada a Jonas Sidónio Malheiro Savimbi, fundador e primeiro presidente do partido. Devido a sua etnia *ovimbundo*, incorporou a UPA – União das Populações de Angola, que tinha o interesse de ampliar suas ações no leste do país, e ocupou o cargo de secretário-geral e membro da JUPA – Juventude da União das Populações de Angola.

Foi nomeado membro do conselho executivo da FNLA em 1962 e, no mesmo ano, foi promovido à Ministro dos Negócios Estrangeiros do GRAE (Governo Revolucionário de Angola no Exílio), o que lhe propiciou vários contatos e influências.

Mais tarde, Savimbi foi demitido da GRAE por discordar das convicções políticas de Holden Roberto e juntou-se com os ex-militantes *ovimbundos* do GRAE, formando a AMANGOLA (Amigos do Manifesto Angolano). Através deste canal, Savimbi procurou captar opositores da UPA, bem como os refugiados e emigrados *bailundos* da Zâmbia, compondo com esse universo o seu exército. Após reunir vários membros, recebeu ajuda da República Popular da China, que garantiu um curso de preparação (EME, 2006).

Conforme elencado anteriormente, *Savimbi* uniu-se aos ex-militantes da UPA/GRAE e fixou-se na Zâmbia, criou a AMANGOLA. Suas primeiras investidas em busca de suporte foram direcionadas a países africanos como Egito, Tanzânia e Argélia. No bloco socialista procurou a ex-URSS, Alemanha Oriental, Checoslováquia e a Hungria (ROSA, 1980). Entretanto, apenas a República Popular da China ofereceu ajuda a UNITA, proporcionando a formação de quadros militares de seu país.

Nos países da África, apenas a Zâmbia permitiu atividades no seu território. Em 1967, o apoio foi interrompido, tendo em vista que a MPLA teve discordâncias com o governo zambiano. No ano seguinte, a UNITA conseguiu o apoio da *South West Africa People's Organization* (SWAPO), que era um partido político e antigo movimento de libertação na Namíbia.

A UNITA tinha diretrizes humildes. Pretendia, depois da descolonização, aumentar os militantes do partido. Mesmo com poucos simpatizantes, a UNITA obteve atenção internacional vinda da China e do Egito, além do apoio da Zâmbia, mas não conseguiu construir bases fortes como a MPLA. Deste modo, enfrentou a oposição tanto do MLPA como do GRAE, que possuíam melhor estrutura e maior número de militantes.

No ano de 1971 foi estabelecido um acordo entre a UNITA e as autoridades portuguesas, denominado de Polícia Internacional e de Defesa do Estado/Direção Geral de Segurança (PIDE/DGS). Conhecido também como “Operação Madeira”, este acordo tinha por finalidade combater o MPLA. Dessa forma, a África do Sul foi convocada pelos Estados Unidos, a interceder nos conflitos em Angola, e prestou ajuda a UNITA, fornecendo tropas e recursos. Em vista desse suporte, a UNITA se fortaleceu e pôde enfrentar o MPLA de igual para igual (STOCKWELL, 1979).

No que tange seus planos e ideologia, *Savimbi* sabia que o emprego da força seria necessário para alcançar os fins estabelecidos pelo grupo, os quais objetivavam a liberdade, a independência nacional, a justiça social, o trabalho, o progresso e o incentivo a religião no seio da sociedade, que era o fundamento de sua campanha.

Em 1974, após a intenção pública emanada por Portugal de retirar-se das suas colônias, a UNITA se uniu com a FNLA para combater contra um inimigo em comum: o MPLA. Quando o MPLA declarou a libertação do país na capital Luanda, os outros partidos fizeram o mesmo em Huambo, sede situada no Planalto Central. Mesmo com o suporte dos Estados Unidos, da África do Sul e de outros países, a aliança composta pela UNITA e pela FNLA foi militarmente vencida, devido à intervenção do exército cubano auxiliando o MPLA. Categoricamente contrária ao comunismo proposto do MPLA, a UNITA não acolhia o poder implementado pelo MPLA. Essa divergência de ideologias resultou na Guerra Civil Angolana.

Quando o MPLA proclamou um governo de partido único, a UNITA e a FNLA passaram a ser consideradas ilícitas, fato que fomentou novo conflito armado entre os grupos beligerantes. Dessa feita, deu-se início à Guerra Civil Angolana, que durou até 2002 e foi amestrada pela Guerra Fria.

O MPLA, no início do ano da “independência”, reclamava que a UNITA e a FNLA dificultavam seu trabalho no Governo de Transição, e que boatos e notícias divulgadas pelos dois grupos alimentavam o clima de terror e de insegurança que se abatera sobre todo o território de Angola. No final de maio, destacamentos armados do MPLA expulsaram os membros da FNLA e da UNITA do Governo de Transição, pretendendo e enxotando-os de Luanda. Ao mesmo tempo, iniciaram uma ofensiva para a conquista do país, assegurando o domínio de 12 das 16 províncias do território [...]. (MENEZES, 2000, p. 189)

A liga composta pela FNLA e pela UNITA permitiu que a UNITA preservasse e ampliasse seus patronos externos, combatesse as tropas governamentais e controlasse algumas regiões durante longos períodos (HEYWOOD, 1989). Vários esforços foram empregados para mediar uma solução entre a UNITA e o MPLA, no fim dos anos 1980. Na década seguinte, a UNITA concordou com uma resolução política do conflito, desde que o MPLA anuísse com a transição de Angola para uma democracia multipartidária, o que ocorreu com a promulgação constituição de 1990 que instituiu fundamentos para concluir um acordo de paz entres os três partidos.

A UNITA tornou-se um partido político e concorreu às eleições de 1992, certa de um resultado promissor, contudo José Eduardo dos Santos, presidente em exercício do MPLA obteve a maioria de votos. De acordo com a legislação em vigor, o resultado iria requerer um “segundo turno”, o que não chegou a acontecer. Haja vista a fraude declarada pela UNITA perante o resultado das eleições presidenciais deu-se início a um novo combate militar. Já no parlamento, os deputados eleitos pela UNITA tomaram posse normalmente.

Devido à participação das Forças Armadas de Angola (FAA), a UNITA sofreu uma série de derrotas no campo militar, levando a mesma a perda de espaço em Angola. Paralelamente a isso, houve uma cisão interna no seio da UNITA, dando origem a um novo grupo, denominado de UNITA Renovada, sendo liderado por Eugénio Manuvakola. Esta vertente era favorável ao abandono da luta armada e a retomada de uma luta política. Em 2002, Jonas Savimbi foi morto pelas forças governamentais, pondo fim a um período de muitas lutas e guerras em Angola.

Paralelamente, a UNITA estava estabelecida no interior de Angola e constituía-se como forte opositor. Sua presença, apesar de frágil, era um obstáculo às investidas do MPLA, que pretendiam contar com o apoio as população e realizar as suas atividades militares contra os portugueses.

4.1.3 A Frente Nacional de Libertação de Angola - FNLA

Originária da União das Populações do Norte de Angola (UPNA) e da União das Populações de Angola (UPA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) teve origem na década de 1960, sendo formada por uma pequena associação de angolanos *bacongos* cujos líderes eram religiosos da igreja batista e protestantes. Tinha por diretriz restaurar o reino do Congo, sob a liderança de um rei católico. Como tal ideia era contrária as pretensões portuguesas, em 1958 a UNPA mudou de título e propósitos, passando a se denominar de União das Populações Angola (UPA), abolindo a nomenclatura Norte.

Depois de decretada a independência da República Democrática do Congo sob a presidência de Mabuto Sese Seko, que permitiu além do suporte militar, a instalação de sedes do movimento que funcionaram durante todo o conflito. Ao final de 1960, a FNLA recebeu os primeiros armamentos, provenientes da Tunísia.

As ligações externas da FNLA começaram quando ainda era conhecida como UPNA. Fundamentada na etnia *bacongo*, a mesma abrangia os povos que ultrapassavam a fronteira entre Angola e o Congo Belga, atual República Democrática do Congo. As afinidades entre Holden Roberto, Kwame Nkrumah, presidente de Gana; e Ahmed Sékou Touré, presidente da Guiné Conakry, influenciaram a mudança de UPNA para UPA. Deste modo, Gana e Guiné foram partidários de Holden Roberto, desde a conferência em Acra, em 1958.

A conexão privilegiada foi com os Estados Unidos, que lhe propiciava suporte financeiro e parecer técnico. Entretanto, os Estados Unidos compreendiam a FNLA como uma alternativa para estabelecer um regime pró-ocidental em Angola no caso de uma eventual emancipação. Quando houve a libertação, o governo norte-americano não anuiu o governo de Agostinho Neto e continuou a dar suporte ao GRAE até ao final da década de 70.

Os objetivos da FNLA foram alterados conforme o contexto do conflito. Na primeira situação, ainda como UPNA, o movimento tinha como finalidade a tomada do reino do Congo. Num segundo momento, com a denominação UPA, os objetivos foram mudados, com foco centrado no patriotismo e na independência do país (EME, 1998).

Holden Roberto, líder influente, decidiu unir a UPA ao Partido Democrático Angolano (PDA), fato que resultou, efetivamente, na FNLA. O PDA foi formado pela Associação dos Originários de Maquela do Zombo (ASSOMUZO) e pela Aliança dos Naturais do Zombo (ALIAZO). Teve como companheiro de luta, o Congo Belga, atual território da República Democrática do Congo, que era presidido na época pelo General *Mobutu Sese Seko*. A partir desta união, formou-se o Governo Revolucionário de Angola no Exílio em Léopoldville, cujo secretário geral era Jonas Savimbi, fundador da UNITA.

No ano de 1964, a FNLA abriu uma cessão na Zâmbia. O caráter tribal e a crise vivida pelo partido acabaram por fracassar com o movimento. A Organização da Unidade Africana, que prestava apoio a FNLA, observando seu enfraquecimento naquela área movimentou seus recursos para a MPLA para a luta pela libertação. Os militantes foram aos poucos abandonando suas atividades, o que permitiu que o MPLA e a UNITA lutassem com a ausência da rivalidade da FNLA.

O Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA) e o FNLA receberam apoio do Congo Belga e assim, iniciaram o combate armado em grande escala contra o MPLA, contando com apoio dos Estados Unidos, da China e de alguns países africanos, como o Zaire. Anos depois, a FNLA uniu suas forças com a UNITA para combater a MPLA no processo descolonização de Angola e na Guerra Civil de Angola, ocorrida de 1975 a 2002. A partir do ano de 1991, a FNLA tornou-se um partido político, sem, todavia exercer robusta influência política.

No que tange a política interna, a FNLA planejava criar uma República soberana, fundamentada por uma constituição democrática e social que resguardasse a integridade territorial de Angola. Quanto à política externa primava pela colaboração com todos os países do mundo. Dessa forma, nota-se que a FNLA inseriu-se nos países ligados à cultura capitalista, o que veio a prejudicar sua unificação com outros movimentos colocando-a em oposição.

Conforme observado, os três partidos desencadearam o movimento tendo em vista a libertação de Angola dos domínios de Portugal, objetivo que foi alcançado em 1975. Contudo, o país tornou-se uma peça central no embate geopolítico entre as potências da Guerra Fria: Estados Unidos e ex-URSS. Com o MPLA tomando o poder e implementando a ideologia soviética, novo conflito se iniciou, vindo a durar até o ano de 2002, gerando graves reflexos para a população de Angola. Os reflexos da guerra ainda encontram-se ocultos na sociedade angolana. Os antagonismos do conflito armado ainda perpetuam na estrutura política de Angola. Um exemplo repousa na formação da Convergência Ampla de Salvação de Angola - Coligação Eleitoral (CASA-CE), a qual foi originada por dissidentes do MPLA e da UNITA, vindo a assumir uma postura contrária a guerra.

5 O PAPEL DOS ATORES INTERNACIONAIS NO PROCESSO DE PAZ EM ANGOLA

No desenrolar dos vinte e sete anos de guerra civil, o país sofreu ataques externos, em especial da África do Sul. Outros atores externos que se fizeram presentes em Angola foram os Estados Unidos e Rússia. Bem localizado, na costa ocidental do continente africano, o país tem uma posição geopolítica favorável, fazendo divisa com o Congo (antigo Zaire), Zâmbia e Namíbia e possui extensas reservas de petróleo e de diamantes e, por isso, sempre foi alvo de ambição internacional.

A Guerra Fria tornou o país em um palco para as disputas ideológicas entre a ex-URSS e os Estados Unidos. Cada partido citado no capítulo anterior, tinha o apoio de pelo menos um país no conflito: Cuba, África do Sul, China, Zâmbia e Zaire são alguns deles. Com o intuito de apaziguar os conflitos da guerra civil angolana, muitos foram os esforços empregados. A Organização das Nações Unidas (ONU), através de seu Conselho de Segurança promulgou a Resolução 626, que constituiu Primeira Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola, conhecida como UNAVEM I.

5.1 PRIMEIRA MISSÃO DE VERIFICAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS EM ANGOLA – UNAVEM I

A UNAVEM I ou *United Nations Angola Verification Mission I* foi uma missão para a manutenção da paz que sucedeu entre 1989 e 1991 em Angola, durante a guerra civil. A criação da Primeira Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola - UNAVEM I deu-se em dezembro de 1988 e foi consequência de um amplo processo diplomático internacional. Encerrou-se num acordo assinado por Angola, Cuba e África do Sul que tinha como finalidade trazer a paz para o sudoeste da África.

Tal acordo previa a execução de uma proposta das Nações Unidas para a independência da Namíbia, a evacuação das tropas cubanas de Angola e o estabelecimento de algumas diretrizes para alcançar a paz na região. Angola e Cuba assinaram outro acordo sobre a evasão total e gradual das 50.000 tropas cubanas de Angola. Esta foi a condição estabelecida pela África do Sul para contribuir para a independência para a Namíbia. Cuba e Angola solictaram junto a ONU pela constituição de uma tropa de observadores militares, para monitorar o cumprimento das disposições acordadas.

Por meio da resolução supramencionada, o Conselho de Segurança originou a UNAVEM pelo prazo de 31 meses. Paralelamente a isso, foram firmados os acordos de Nova York entre Angola, Cuba e África do Sul e foi criado o Grupo de Assistência à Transição das Nações Unidas na Namíbia.

A UNAVEM I iniciou suas atividades em 1989, quando 18 observadores militares chegaram a Luanda para acompanhar a saída dos primeiros 450 soldados cubanos. A Missão ampliou-se para 70 observadores militares, que averiguaram e compilaram as atividades de pessoal e equipamento militar cubano, principalmente nos portos de Luanda, Cabinda, Lobito, Namibe e no aeroporto de Luanda. As tropas móveis da UNAVEM I atestaram o acordo com as normas pactuadas. A retirada das tropas cubanas ocorreu de forma rápida e as diretrizes do acordo foram rigorosamente cumpridas. Em maio de 1991, houve a conclusão da missão e a retirada dos equipamentos militares. Em março de 1990, a Namíbia declarou sua independência com a vitória da South-West Africa Peoples Organization – SWAPO, no pleito realizado no ano anterior.

O Secretário-Geral da ONU constatou que o sucesso da UNAVEM I deu-se pela concomitante ajuda dos envolvidos à missão de manutenção da paz das Nações Unidas. O relatório enviado ao Conselho de Segurança estabelece as diretrizes do cessar-fogo:

- Será constituída uma Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), integrada por representantes do Governo e da UNITA, como membros, e por representantes de Portugal, EUA e URSS, como observadores. Um representante das Nações Unidas poderá ser convidado a participar nas reuniões da CCPM;
- Será constituída uma Comissão Mista de Verificação e Fiscalização (CMVF), com uma composição idêntica à CCPM. Um representante das Nações Unidas será convidado para as suas reuniões. A CMVF responderá perante CCPM. Será responsável por assegurar o efetivo cumprimento do cessar fogo;
- A CMVF criará grupos de fiscalização, que responderão perante ela e serão compostos por um número igual de representantes do Governo e da UNITA, que não andarão armados;
- Os grupos de fiscalização controlarão *in loco* o cumprimento do cessar fogo, cabendo-lhes especificamente prevenir, verificar e investigar eventuais violações;
- Os grupos de fiscalização serão organizados em seis regiões e estarão operacionais, a tempo inteiro, em cada uma das cinquenta áreas de localização, onde as tropas dos dois lados serão reunidas durante o cessar fogo. Destas áreas, 27 são tropas do Governo e as outras 23 para tropas da UNITA;
- O pessoal das Nações Unidas, que terá uma estrutura de comando própria, estará operacional a tempo inteiro nas cinquenta áreas de localização e em outros doze pontos críticos, e efetuará patrulhas regulares a outros locais determinados. (POLITICA INTERNACIONAL, 1991)

5.1.1 Participação dos Estados Unidos da América

Durante todo o período da guerra civil angolana, os Estados Unidos buscaram apoiar um partido que pudesse combater as ideias esquerdistas do Movimento Popular de Libertação - MPLA e, por fim, ter uma ampla influência naquele território. Dessa forma, os EUA ofereceram ampla contribuição à UNITA, estabelecendo uma coalizão com a África do Sul. Essa coalizão foi o modo encontrado para combater o avanço soviético na região e proteger os interesses norte-americanos no país, dentre eles, destaca-se a exploração do petróleo:

“Essa foi parte de uma estratégia global que objetivou minar os recursos do bloco soviético, guarnecendo insurgências contra os Estados clientes soviéticos no Terceiro Mundo” (HODGES, 2004, p.10).

O conflito internacional das grandes potências agiu diretamente na Guerra Civil e estimulou a rivalidade entre os movimentos de libertação e busca pelo controle territorial.

A lógica de atuação dos EUA em Angola, até o ano de 1989 (ou seja, até o final do conflito bipolar) foi pautada pela dinâmica da Guerra Fria. Receando a viabilização de um “posto avançado” da URSS na África Subsaariana, sobretudo em um território tão importante em termos estratégicos como o de Angola, os EUA buscaram incentivar, desde cedo, a formação e o fortalecimento de um grupo local pró-capitalista, marcadamente anticomunista. (MAIA, 2006, p.76 e 77).

As ambições norte-americanas não visavam apenas combater o socialismo soviético, mas ampliar sua área de atuação naquele território, bem como explorar os recursos angolanos, o que levou ao crescimento dos combates entre os movimentos rivais.

Com Ronald Reagan no poder dos Estados Unidos, Jonas Savimbi, líder da UNITA, fez uma visita ao presidente norte-americano na Casa Branca, solicitando apoio dos EUA no pleito do movimento. Em contrapartida, a UNITA daria amplo apoio a política externa norte-americana em relação a África. Durante seu segundo mandato, apoiado pelo governo de Margaret Thatcher, da Grã-Bretanha, esse apoio se estendeu às Forças de Defesa Sul-africanas - SADF, à UNITA, à Mobutu Sese Seko (Zaire) e às forças antimarxistas no sul da África. Ronald Reagan procurou colocar a UNITA no poder em Angola, através de um projeto militar apresentando respostas às questões soviéticas (ROTHCHILD, 2001).

Enquanto Jonas Savimbi era visto como um militante pela liberdade em Angola, Nelson Mandela, que combatia o Apartheid, era considerado terrorista pelos EUA e pela África do Sul. Apresentando um discurso antiterrorista, reabriram a sua base militar em Kamina, no Zaire, para construir uma base ao norte na guerra contra Angola, e por meio da UNITA, a Agência Central de Inteligência – CIA, através da chamada Operação Flintlock forneceu o apoio necessário para a África do Sul manter o apartheid (CAMPBELL, 2008).

Em contrapartida, no ano de 1985, notou-se que os EUA fixaram sanções e medidas públicas no combate ao apartheid, pois a opinião pública observava que o país dava suporte para as políticas “para brancos”, e avançava lentamente em direção à liberdade e à igualdade. Neste contexto, a administração Reagan determinou uma participação construtiva contra o domínio branco na África do Sul.

O presidente George H. W. Bush, que governou entre 1989 e 1992, buscou instaurar políticas para a paz em Angola, priorizando o avanço norte-americano na região. Diferente de seus antecessores, concordou numa aliança entre os EUA e a URSS para enfrentar as hostilidades regionais na África. Para vencer os desafios no continente africano durante o fim da Guerra Fria, os assistentes de Bush empregaram esforços para que as partes do conflito celebrassem um acordo de paz e deste modo, arquitetar uma diretriz para os seus investimentos.

5.1.2 Participação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Após o término do domínio português sobre o território angolano, o MPLA, que recebia apoio financeiro e militar da ex-URSS assumiu o poder e estabeleceu os padrões econômicos soviéticos. Como Angola havia se tornado num palco para a disputa entre o bloco soviético e os Estados Unidos, a intensificação dos conflitos entre MPLA e a UNITA, que recebia assistência da África do Sul e dos Estados Unidos, provocaram a transferência de armamentos soviéticos pesados para Angola, em 1980. Os conflitos assumidos pela ex-URSS foram um dos motivos da dívida externa dos países pobres para com os países ricos

Para permanecer como grande potência, a ex-URSS destinava grande montante de suas receitas para a manutenção do seu exército e da indústria bélica, revertendo poucos investimentos para o setor civil e para a modernização das tecnologias de parque industrial.

Neste contexto, o óbice ocorrido entre 1987 e 1988 em *Cuito Cuanavale*, no sul de Angola; envolvendo de um lado coordenadores soviéticos, tropas cubanas e o MPLA e de outro lado, as forças de defesa da África do Sul e a UNITA com suporte americano; foi solucionado com a evasão sul-africana de Angola, e das forças cubanas e do MPLA na Namíbia.

Com a eleição de Gorbachev à presidência da ex-URSS em 1985, a ex-URSS buscou reestruturar a economia e a política através das medidas conhecidas como *perestroika* e *glasnost*, que visavam a reestruturação econômica e a transparência política. Tais reformas culminaram em vários movimentos separatistas das regiões que compunham o bloco soviético e a sua queda ocorreu em 1991. Em relação a política externa, *Gorbachev*, sugeria a resolução dos conflitos de forma diplomática e clamou pelo desarmamento. Tais fatos mudaram os rumos da guerra civil em Angola

5.1.3 Participações de Cuba, Zaire, Namíbia e África do Sul

Após a derrota sofrida em 1976, a UNITA conseguiu reerguer-se devido aos fortes ideais políticos incutidos no *Ovimbundu*, à persistência de Jonas Savimbi e a assistência recebida da África do Sul, que oferecia as suas bases no norte da Namíbia, treinamento, armamentos e apoio logístico.

No início da década de 1980, as forças da UNITA foram se estabelecendo nas áreas rurais no sul e na parte central de Angola, e começaram a expandir as suas operações no norte. No meio dessa década, alcançaram a fronteira do Zaire e usaram o país como uma base para as atividades de guerrilha no norte de Angola. (HODGES, 2004, p.10)

Durante a década de 1980, o número de mortos e de refugiados continuou a crescer e a infraestrutura do país estava destruída e a África do Sul não cessava seus ataques. Em 1981, com a justificativa de destruir as bases da SWAPO, o movimento de libertação da Namíbia, a África do Sul realizou a Operação *Smokeshell* enviando forças militares e armamentos para Curenene, mas na verdade, a missão visava apoiar a UNITA e estabelecer uma zona sob sua liderança.

Dessa fetas, as forças militares da África do Sul supriram de armamentos e suporte aéreo, o movimento rebelde da UNITA e lutaram juntos em batalhas contra o exército de Angola e de Cuba.

No ano de 1984, após várias incursões sul-africanas no país, descortinou-se um cenário de guerra e de destruição em Angola, fato que possibilitou um acordo entre a África do Sul e Angola. Mas na verdade, ambos os países queriam aumentar apenas a incursão de armamentos e de apoio financeiro para os militantes internos.

Os exércitos angolanos, com a ajuda e Cuba buscaram combater os exércitos sul-africanos, que não resistiram aos ataques e pediram reforços aos EUA, os quais forneceram mísseis à UNITA e apoio financeiro as Forças de defesa Sul-africanas. Este suporte vindo dos EUA incentivou a continuidade da guerra, mas as mudanças internas na África do Sul, como a constituição do Congresso das Uniões de Comércio Sul-Africanas, enfraqueceu a política do *apartheid*, fato que ocasionou o crescimento das lutas democráticas populares na África do Sul, fazendo com que o *apartheid* ficasse impraticável (CAMPBELL, 2008).

Posteriormente, os exércitos angolanos realizaram uma grande investida no sudeste de Angola contra as forças da UNITA, o que levou a intervenção das forças de defesa sul-africanas que conseguiram apreender algumas unidades em Cuito Cuanavale.

Cuba também se mostrou comprometida na batalha de Cuito Cuanavale e forneceu suporte as forças angolanas, com aviões, soldados armas:

A intenção de Castro não era só defender o Cuito, era retirar as SADF de Angola de uma vez e para sempre. Mais tarde ele descreveu sua estratégia ao líder do Partido Comunista Sul Africano, Joe Slovo: Cuba travaria a investida sul-africana e a seguir atacaria em outra direcção, "como o boxeur que com a mão esquerda o mantém e com a direita o golpeia" (GLEIJESES, 2007).

As tropas de Cuba atacaram regiões ao sul de Angola e ao norte da Namíbia e obtendo vitórias diante das forças sul-africanas. Em 1988, as forças sul-africanas estavam inteiramente derrotadas e falidas. Outras tentativas de incursão dos exércitos sul-africanos resultaram em fracasso. A batalha de Cuito Cuanavale terminou após as forças de defesa sul-africanas aceitarem a sua retirada da Namíbia, o que foi estabelecido pela Resolução 435 do Conselho de Segurança da ONU, além da rendição da África do Sul. A Namíbia alcançou a sua independência em março de 1990.

Por fim, verifica-se que durante a intervenção da UNAVEM I, os exércitos sul-africanos estavam falidos mesmo com os investimentos realizados pelos Estados Unidos, que não conseguiram avançar no território angolano. A ex-URSS, por sua vez, estava em profunda crise econômica e política, desmantelando-se no final da Guerra Fria e Cuba apresentava o potencial estratégico de seu exército, a qual havia retirado suas tropas pacificamente. Reconhecendo a importância de Cuba na Guerra Civil, a UNITA declarou em nota:

“Reavaliando a História, a UNITA considera, por outro lado, que sem o envolvimento de Cuba nos assuntos internos de Angola, ocorrido no âmbito da guerra fria, a história do nosso país teria levado um curso muito diferente” (LUSA, 2016).

Em vista disso, convém ressaltar que esta foi a única missão da ONU, que atingiu plenamente seus objetivos.

5.2 SEGUNDA MISSÃO DE VERIFICAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS EM ANGOLA – UNAVEM II

O cumprimento dos acordos de Nova York, o fim da Guerra Fria e do *apartheid*, geraram uma onda de otimismo em Angola. As reformas políticas realizadas no país em conjunto com as mudanças supramencionadas auxiliaram nas negociações entre o governo angolano e a UNITA, que culminaram nos Acordos de Bicesse ou Acordos de Estoril (MARQUES, 1993).

Nesse contexto, Hodges (2004) nos assenhora que os acordos estipulavam as seguintes ações: 1) O cessar-fogo entre o MPLA e a UNITA; 2) A dissolução dos exércitos da UNITA; 3) A constituição de forças armadas mais modernas do governo; 4) Desfazer as tropas excedentes; 5) Restabelecer a administração governamental das áreas dominadas pela UNITA; 6) Criar um parlamento multipartidário; e 7) Promover eleições presidenciais.

Esse tratado de paz, firmado na presença de comissões russas, americanas, portuguesas e da ONU, representava um recomeço para a história angolana, haja vista a concordância das partes com as cláusulas expostas. Para monitorar o cumprimento do Acordo foi instaurada, através da Resolução 696 do Conselho de Segurança da ONU, a Segunda Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola – UNAVEM II (1991-1995).

A UNAVEM II foi constituída, inicialmente, por 350 examinadores militares não armados; 90 examinadores de policia não armados e 100 examinadores eleitorais. O sucesso alcançado na primeira missão incentivou a organização da UNAVEM II, contudo as tarefas designadas eram diferentes, pois na Namíbia a ONU organizou as eleições com uma operação que envolveu mais de 6.000 militares e, em Angola, seu papel era de mero espectador com uma operação administrável e com poucos militares apenas como verificador.

A ONU utilizou Angola como exemplo de gestão pós-conflito de baixo custo, em face do sucesso alcançado na Namíbia que requereu um orçamento de 430 milhões de dólares. A Resolução 747 do Conselho de Segurança estendeu a atuação da UNAVEM II e facultou um orçamento eleitoral de 18,8 milhões de dólares. A referida missão considerou as eleições realizadas em 1992 como livres e justas, declaração ratificada pelos Estados Unidos, Comunidade Européia, África do Sul e dentre outros. Entretanto a UNITA questionou os resultados apresentados e o conflito interno reapareceu semanas após as eleições.

As tentativas de reestabelecer o diálogo, de Margaret Anstee, representante especial da ONU, tendo em vista um cessar-fogo falharam e, posteriormente o Conselho de Segurança retirou gradualmente os militares envolvidos na UNAVEM II. A ONU foi responsabilizada pela sua ineficiência e covardia nesta etapa de transição, a julgar pelas atribuições da UNAVEM II para manter e acompanhar a execução dos Acordos de Bicesse. Um dos oficiais examinadores da eleição e ex-chefe do Programa da África na Chatham House, o britânico Alex Vines declarou o seguinte:

"em Setembro de 1992, o governo transferiu forças especiais para Malanje com ordens para lançar palavras de ordem contra a ONU durante o dia e disparar armas a noite. A maioria dos tiros eram trocados entre partidários da UNITA e do Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA), mas alguns eram dirigidos ás instalações da ONU. Se o MPLA não ganhasse as eleições, era sua intenção culpar a ONU por ajudar a UNITA".

Os países da Troika (palavra russa que denomina trio), Estados Unidos, Rússia e Portugal, que tinham sido os atores principais dos Acordos de Bicesse, foram poupados às acusações. Todas as tentativas de negociação na província angolana de Namibe fracassaram, pois entendiam que a UNITA queria liderar o território.

"Angola está num trágico balanço. Quando uma das partes está em vantagem, não quer negociar, e quando é a outra que está em alta, são eles que não querem conversar". (Silva Junior, 2006)

O Conselho de Segurança da ONU tinha sua atenção focada para a Bósnia-Herzegovina e indeferiu o pedido da UNITA pelo envio de 1.000 militares como condição essencial para assinar o Protocolo de Abidjan, mais uma tentativa para conciliar as lideranças rivais que tinha por parâmetros concessões políticas da MPLA em troca concessões militares da UNITA (SÁ, 2016). Foi então que a representante da ONU, Margaret Ansee foi substituída por Alioune Blondin Beye.

Com o apoio de alguns líderes africanos e da *Troika*, Beye estabeleceu novas negociações entre o governo e a UNITA, que culminaram no Protocolo de Lusaka em novembro de 1994, que preconizava três fundamentos básicos: o cessar-fogo entre as partes, a integração progressiva da UNITA nos exércitos nacionais e a formação de um governo unificado.

5.2.1 Participação dos Estados Unidos da América

Como observado anteriormente, a *troika* foi composta pelos alicerces da situação que envolvia Angola: Portugal como seu antigo colonizador; os Estados Unidos como apoiador na UNITA e a ex-URSS como auxiliar da MPLA. Com a presidência de Bill Clinton em 1993, os Estados Unidos tomando a posição grande potência internacional, o combate ao MPLA e seus ideais mantiveram-se, além disso, os recursos naturais de Angola ainda estavam no rol de interesses norte-americanos. Tais fatos criaram uma política externa lotada de promessas a favor da África. Sem disputas ideológicas, as atenções norte-americanas eram destinadas exclusivamente para o petróleo, para as empresas exploradoras, para as relações comerciais e econômicas entre os países e para a legitimação do MPLA no poder de Angola.

Apesar dos investimentos empregados em Angola, sua política visava a manutenção da guerra civil e o suporte intrínseco a UNITA, através do discurso diplomático para instaurar sua hegemonia naquele território. Fernandes (2000) ratifica que as relações dos EUA com Angola apresentavam um caráter mais econômico após a Guerra Fria. As atividades petrolíferas norte-americanas permitiram grande movimento empresarial em Angola. Neste período, Angola chegou a ser considerada o terceiro maior parceiro comercial dos Estados Unidos na África Austral.

As Resoluções 834 e 851 de 1993, elaboradas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, apresentaram uma mudança de posicionamento em relação à UNITA, responsabilizando a mesma pela quebra do processo de paz. Tal mudança deu-se pela legitimação dos EUA ao MPLA como governo angolano, o que levou a interrupção do suporte norte-americano a UNITA (MAIA, 2006).

Apesar disso, a UNITA não deixou de desempenhar as suas intervenções, pois obtinha recursos a partir do tráfico de diamantes. A UNITA atacava as minas, sequestrava expatriados e sabotava as rotas de abastecimento para as indústrias. Várias minas de diamantes estavam nas mãos de *Savimbi* e os diamantes eram utilizados como moeda de troca para empréstimos internacionais, pagamento de propina aos soldados opositores e para a compra de armas. Os generais que atuavam no controle das atividades do garimpo não hesitavam em atuar com violência e crueldade.

Os diamantes extraídos das minas sob controle da UNITA eram comercializados de forma ilegal e lhe rendiam aproximadamente US\$ 500 milhões. As transações com os “diamantes de sangue” ou *conflict diamonds* eram realizadas por mercenários como Victor Bout, ex-agente da KGB, ou o israelense Simon Yelnik, ex-agente do Mossad, financiando deste modo a manutenção da guerra civil em Angola, o que levou a proibição do comércio de diamantes de acordo com as sanções aprovadas pelas Nações Unidas contra a UNITA, em 1998.

Tal situação deu-se em razão dos princípios coloniais ainda arraigados na cultura angolana onde os movimentos armados e as classes sociais mais abastadas reforçaram a conexão com as organizações internacionais, possibilitando a entrada do capital estrangeiro, que foi investido especialmente na exploração de recursos naturais como o diamante, deixando as necessidades da população em segundo plano. O Estatuto Especial, criado em 1988, estabelecia o monopólio do Estado nas atividades de comércio e abria a possibilidade para que outros agentes econômicos agissem na região. Tais medidas forçaram a rendição da UNITA pela falta de recursos e levaram a criação do Processo de Kimberley, que nada mais é do que um processo voltado para a certificação da origem de diamantes.

5.2.2 Participação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

O fim da Guerra Fria teve repercussão imediata em toda a África, apresentando o ativismo da sociedade civil pela libertação política.

Após a dissolução da ex-URSS, a Rússia foi considerada seu sucessor e responsável por suas dívidas e bens. Mergulhada em uma grave crise econômica, Bóris Iéltsin determinou a retirada das forças militares restantes em Angola, após a derrota das tropas russas na Chechênia, território que se declarou independente a Rússia em 1991, fato que deixou o arsenal militar sem manutenção para a continuidade dos conflitos.

O colapso da ex-União Soviética provocou diversos efeitos em toda a África. Os governos ou movimentos inspirados no socialismo perderam seu apoio e novos conflitos iniciaram-se com a utilização de armamento e emprego de mercenários originários do antigo âmbito de influencia soviético. Não raro, observava militares e pilotos soviéticos desempregados oferecendo seus serviços a quem pagasse mais, independente da ideologia. Neste contexto, houve também a perda de influencia dos ativistas e funcionários pró-maxismo letrados, os quais passaram a depender de vagas terceirizadas ou aumento da ajuda estrangeira, uma vez que os serviços básicos não eram habitualmente fornecidos e a deterioração dos governos que seguiam o sistema socialista.

A guerra na Chechênia culminou na derrota das tropas russas em 1996. Sem a presença das forças armadas da ex-URSS em seu território, os chechenos elegeram seu presidente, Asian Maskhadov, em 1997. Neste período a Rússia voltou seus esforços para o território russo elaborando um acordo de paz no ano de 1999, reiniciando nova guerra civil no território checheno, com o desfecho no ano seguinte com as forças armadas russas reestabelecendo o controle do território.

Mesmo com a atenção voltada para aquele conflito, a Rússia ainda mantém relações estreitas com Angola, visto que a defesa é a principal área de cooperação entre as nações. Atualmente, nota-se que a Rússia e Cuba são os principais parceiros estratégicos de Angola, haja vista os papéis históricos desempenhados por ambos os países, no apoio ao MPLA. Cabe ressaltar também a ajuda oferecida para a formação das Forças Armadas Angolanas, em 1991.

5.2.3 Participações de Cuba, Zaire, Namíbia e África do Sul

A intervenção cubana impactou substancialmente na defesa do controle do MPLA sobre grandes territórios angolanos, bem como no auxílio à emancipação da Namíbia.

Em 1991, Nelson Mandela elogiou Cuba pela sua contribuição à independência de Angola, esclarecendo que a derrota ocorrida em Cuito Cuanavale, foi um marco na luta pela libertação da África Austral. Por outro lado, a atuação cubana foi criticada por Dr. Peter Hammond, missionário sul-africano ligado à Frontline Fellowship, o qual declarou a barbárie dos ataques realizados pelos soldados cubanos a igrejas, aldeias e escolas.

De acordo com dados do governo cubano, durante todas as missões de intervenção cubanas realizadas na África desde o início dos anos 1960 até a retirada do último soldado de Angola em 25 de maio de 1991, um total de 2.289 cubanos foram mortos. Outros analistas observaram que das 36 mil tropas cubanas comprometidas com os combates em Angola de 1975 a 1979, as mortes no combate chegaram perto de 5 mil. (Wikipédia)

Desde a independência em 1990, a Namíbia realizou uma transição tranquila do *apartheid* para uma sociedade democrática multipartidária, com eleições nas diversas esferas do país. Mesmo com diversos partidos registrados e representados na Assembleia Nacional, o Partido da SWAPO ganhou todos os pleitos desde a independência.

No Zaire, a ditadura de Mobutu perdeu os benefícios fornecidos pelos Estados Unidos no contexto da guerra fria e a corrupção tornou-se algo rotineiro no país. Iniciou-se uma rebelião contra o governo de Mobutu Sese, em 1993. O Alto Conselho da República convocou uma greve geral e ordenou a saída do ditador dos negócios do Estado. O governo de transição não foi reconhecido pelos Estados Unidos ou pela União Europeia. Neste período, o governo angolano, forneceu apoio militar aos rebeldes do Zaire e do Congo e coibiu o tráfico de diamantes e a sua troca por armas para a UNITA naquele território.

Quanto a África do Sul, a derrota em Cuito Cuanavale enfraqueceu o exército sul-africano e as rebeliões na África austral encerrando o regime racista nestes países. Posteriormente, com o reinício das hostilidades, o exército sul-africano retomou suas atividades.

5.3 TERCEIRA MISSÃO DE VERIFICAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS EM ANGOLA – UNAVEM III

Esta missão tinha como objetivo ampliar as responsabilidades da operação de anterior para se ajustar no que foi previsto pelo Protocolo de Lusaka.

O Brasil participou da UNAVEM III, sendo considerada a maior missão executada pelo Exército Brasileiro na década de 90 mantendo um contingente de 1.200 soldados em território africano. (FONTOURA, 1999).

Subtendeu-se, com o protocolo firmado que ambos os movimentos queriam restabelecer o processo de paz, e para auxiliar este processo foi instaurada a formação da UNAVEM III com uma presença de 7.000 militares. A sede regional da UNAVEM III foi instituída nas cidades do Huambo, Luena, Menongue, Saurimo e Uíge, juntando-se a já existente em Lubango.

Moretti (2009) esclarece que a partir do referido protocolo o regime de divisão de poderes foi estabelecido com a origem do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN). A Resolução nº 976, do Conselho de Segurança da ONU estabelecia as diretrizes para o funcionamento da UNAVEM III, dentre as quais se destacam as seguintes: funcionamento, duração, número de contingentes e a importante atuação da Organização da Unidade Africana no processo de paz em Angola em conjunto com a ONU. A missão ocorreu entre 1995 a 1997 e teve o apoio, em efetivo, de diversos países como: Brasil, Congo, França, Namíbia, Portugal, Federação Russa e Zâmbia.

“Foi, em grande medida, para compensar o fracasso da segunda missão em Angola que a ONU decidiu montar uma das maiores operações de apoio à paz em África” (PUREZA et al, 2009, p.12).

A UNAVEM III atuou com mais poderes que em relação à missão anterior, pois lhe foi concedido um mandato para monitorar a desarticulação das tropas da UNITA nas áreas designadas e atuar se necessário.

Jonas Savimbi não compareceu para legitimar sua concordância com o protocolo de Lusaka, o que levou a uma descrença em relação ao referido documento e suas resoluções. No entanto, a maioria dos angolanos considerou a UNAVEM III incapaz de lidar com a ambição pelo poder da UNITA, em vista da falta de sanções aplicadas a ela durante a violação dos acordos anteriores. Durante todo o período da UNAVEM III que foi prorrogado inúmeras vezes, a UNITA não envidou esforços para acelerar o processo de pacificação.

Na tentativa de conquistar a paz em Angola, a ONU estabeleceu várias sanções contra a UNITA, porém nenhuma delas surtiu o efeito desejado.

Pode-se citar algumas delas: a proibição de compras de equipamento militar e produtos petrolíferos (Resolução 864); o impedimento de seus funcionários realizarem viagens ao exterior e o fechamento dos suas bases no exterior (Resolução 1127); limitações às viagens aéreas e marítimas nas zonas comandadas pela UNITA; o bloqueio de contas bancárias da UNITA e a proibição da exportação direta ou indireta de diamantes ilegalmente extraídos (Resolução 1173). Contudo nenhuma destas sanções surtiu o efeito esperado.

Segundo Maia (2006), a Resolução 1102 do Conselho de Segurança da ONU buscou modificar este panorama em 1997, determinando uma data para a gênese do GURN, ameaçando impor medidas caso o GURN não fosse instaurado até a data prevista. Em 1997, a Assembléia Nacional de Angola designou 63 deputados da UNITA e posteriormente, o novo governo tomou posse, sem a presença o líder da UNITA na cerimônia.

A Resolução 1106 reconheceu os esforços para a efetivação do GURN e recomendou uma reunião entre as equipes dos dois movimentos, bem como a evacuação das forças da UNAVEM III de Angola.

Um imobilismo e uma relutância por parte do Conselho de Segurança em inibir efetivamente a ação nociva de elementos que constantemente violavam as cláusulas definidas e acordadas para a concretização do processo de reconciliação nacional. (MAIA, 2006, p.143).

Os angolanos, em sua maioria, consideraram a UNAVEM III incapaz de lidar com as ambições de poder da UNITA, na medida em que as sanções proferidas contra a UNITA não surtiram o efeito desejado, vindo a levar a referida missão ao fracasso.

5.3.1 Participação dos Estados Unidos da América

A elaboração de uma nova política externa para a África foi, essencialmente, consequência do fim da bipolaridade internacional. Coube a administração Clinton definir os termos do engajamento dos EUA em direção à África (ALDEN, 2000). Dessa feita, o governo Clinton priorizou a manutenção da paz, a democratização e o desenvolvimento econômico através da reorganização dos programas na África, (ROTHCHILD, 2001). Assim, Clinton reuniu na Casa Branca 160 líderes políticos, empresários e acadêmicos para uma Conferência em 1994, para tratar sobre a África (*White House Conference on África*).

Tal conferência debateu questões que perturbavam o continente africano e propôs soluções para esses problemas, cujos principais foram os conflitos africanos, os direitos humanos, a democracia, o comércio bilateral e o desenvolvimento de uma constituição norte-americana para a África, dentre outros (ROTHCHILD, 2001).

Neste sentido, Clinton estabeleceu medidas políticas para cooperar com o continente africano através do reconhecimento dos principais Estados na África como sendo importantes aliados dos interesses norte-americanos: África do Sul, Uganda, Ruanda, Gana e Etiópia. Essa política permitiu a ascensão da África do Sul ao posto de economia mais desenvolvida no continente africano e a implementação de ações de organizações não-governamentais (ONGs), oficiais e semi-oficiais, em prol da democracia e à sociedade civil no continente africano.

O comércio estabelecido entre os Estados Unidos e Angola foi, predominantemente, resultante da produção de petróleo, com altos investimentos norte-americanos realizados nesse setor. Os EUA adquiriram aproximadamente 50% (cinquenta por cento) das exportações de petróleo angolanas

5.3.2 Participação da Rússia

A Rússia, conjuntamente com Cuba, foram parceiros estratégicos de Angola na área de armamento, em face ao apoio fornecido ao exército do MPLA. Como consequência, a maior parte dos equipamentos militares e da tecnologia angolana nas das forças armadas é de origem russa, o que originou uma profunda dependência técnica em termos de modernização e de manutenção.

De maneira semelhante como ocorrido com todos os países que seguiam a ideologia socialista, Angola perdeu o apoio soviético e cubano, país que mantinha em Angola um efetivo de aproximadamente 50.000 soldados em auxílio a MPLA.

5.3.3 Participações de Cuba, Zaire, Namíbia e África do Sul

A África do Sul no pós-Apartheid sofreu com o desemprego, com mudanças políticas e com a epidemia da AIDS. Contudo, a mesma restabeleceu relações com as Nações Unidas e foi readmitida na *Commonwealth* britânica, passando a atuar como mediadora de conflitos. O Zaire, por sua vez, recebeu um grande número de refugiados provenientes de Ruanda, os quais fugiam do genocídio provocado por extremistas *hutus*.

No contexto do Zaire, cumpre ressaltar que a insatisfação popular deu-se pela tolerância de Motobu à entrada dos ruandeses, inimigos históricos dos *tutsis*, que moravam no país liderado por Laurent-Desiré Kabila, que era apoiado pela China. O governo de Kabila também não acalmou os ânimos e a revolta se alastrou causando uma guerra civil. Kabila recorreu então a Angola e outros países para frear o avanço de seus opositores. Em 1996 as forças militares angolanas entraram no Zaire e detiveram o conflito militar contra Laurent-Désiré, mas obrigou o presidente a realizar eleições em 1999.

Em 1999, a Namíbia firmou um acordo de defesa mútua com Angola, o que afetou a guerra civil em curso após as eleições de 1992. O Partido SWAPO apoiava o partido eleito MPLA e se postava contra a UNITA, que tinha bases próximas a fronteira da Namíbia, possibilitando, dessa forma, a utilização do território namibiano para atacar a as tropas de Sambavi.

5.4 MISSÕES LIDERADAS PELA ONU

Conforme descrito anteriormente, de todas as operações de paz realizadas pela ONU para restaurar a paz em território angolano apenas uma, a UNAVEM I, foi bem sucedida. Tal fato deve-se, sobretudo, pela intransigência de *Savimbi* em aceitar os termos sugeridos nos diversos tratados firmados ao longo da guerra civil no país.

Durante a Guerra Fria, em linhas gerais, as missões da ONU realizavam que operações de campo, que atuavam com o consentimento das partes envolvidas e agiam imparcialmente no controle e na resolução dos conflitos. Contudo, a partir de 1988, as missões das Nações Unidas passaram a ter outras atribuições como a recuperação das instituições do estado; a elaboração de eleições livres; ajuda humanitária; a evasão dos forças armadas e desarmamento. A falta de experiência da ONU nestas atividades, aliada aos altos custos destas missões, tornaram-se elementos essenciais para se compreender os resultados das suas intervenções.

A visão que a ONU possuía após a UNAVEM I se desfez gradualmente com as violações da UNITA sobre as determinações da ONU e a falta de sanções efetivas ao referido grupo. Cabe salientar que os Estados Unidos, através de sua atuação na ONU, visava indiretamente proteger seus interesses, motivo pelo qual as sanções aplicadas a UNITA não tiveram eficácia.

5.4.1 Missão de Observação das Nações Unidas em Angola – MONUA

Através da resolução 1118, o Conselho de Segurança da ONU instituiu a MONUA, estabelecendo as seguintes diretrizes:

Parágrafo 2. Estabelecer [...] a Missão de Observação das Nações Unidas em Angola (MONUA) com os objetivos, mandato e estrutura organizacional recomendados pelo Secretário-Geral, na seção VII do seu relatório de junho de 1997.

Parágrafo 4. Decidir que a MONUA irá assumir a responsabilidade de todos os componentes e bens da UNAVEM III mantidos na região, incluindo as primeiras unidades militares e seu emprego de forma apropriada até a sua retirada.

Parágrafo 8. Clamar para que o governo de Angola, e em particular a UNITA, cooperem totalmente com a MONUA e assegurem a liberdade de movimento e a segurança do seu pessoal (ONU, 1997 - Resolução 1118)

A MONUA foi uma missão de observação, que tinha como base monitorar o ambiente político no país, observar a administração estatal e acompanhar a imparcialidade da polícia angolana. No ano de 1998, foi elaborada a resolução 1157, que salientou a importância de um acordo entre o GURN e a UNITA para concretizar a pacificação no país, aumentando o número de examinadores militares para mediar as controvérsias, além de refutar os ataques da UNITA aos integrantes da MONUA.

De uma maneira geral, pode-se inferir que a implementação da MONUA em 1997, após as tentativas anteriores das UNAVEM I, II e III em estabelecer a paz de forma sustentável, também não logrou êxito na pacificação e na unificação nacional de Angola. A missão foi encerrada em 1999, quando a ONU decidiu fundar um escritório em Luanda para cooperar com as autoridades em alcançar a paz no território.

5.4.2 Missão das Nações Unidas Em Angola - UNMA

A Resolução 1433 do Conselho de Segurança, em 2002 estabeleceu a Missão das Nações Unidas em Angola - UNMA em substituição ao Escritório das Nações Unidas em Angola - UNOA. A UNMA tinha como atribuição chefiar a Comissão Militar Conjunta, a qual foi reinstaurada; conceder 30 examinadores militares para monitorizar as áreas de alojamento como responsáveis do acordo e sistematizar os esforços humanitários das outras agências das Nações Unidas.

Em 22 de Fevereiro de 2002, o líder da União Nacional para a Independência Total de Angola -UNITA, *Jonas Savimbi*, foi assassinado por forças militares do governo. A UNITA estava enfraquecida e as negociações por um cessar-fogo, foram imbuídas de aspectos técnicos e pela definição detalhada das diretrizes relacionadas a desmobilização das da UNITA.

Uma Comissão Militar Mista (CMM) foi formada por peritos militares das Forças Armadas Angolanas, da UNITA e de representantes da ONU e da *Troika*. O Memorando de Luena foi firmado em 4 de Abril de 2002 e encerrou as hostilidades entre os dois partidos, sem abarcar outras forças políticas. Em vista disto, o líder da Frente Nacional pela Libertação de Angola - FNLA, Holden Roberto, o único líder sobrevivente dos três movimentos de libertação originais, requereu a inclusão dos politicamente excluídos para assegurar uma transição pacífica para a democracia e a reconstrução nacional.

Os fracassos das missões anteriores permitiu que o MPLA restringisse o papel da UNMA. As áreas de alojamento eram administradas e controladas, de fato, somente pela UNITA e as Forças Armadas Angolanas, sem a presença dos 30 examinadores estipulados no Memorando de Luena. Ibrahim Gambari, Subsecretário para os Assuntos Africanos, suscitou preocupações sobre a validade da lei de anistia promulgada pela Assembleia Nacional de Angola. Seu argumento baseia-se nos crimes de genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra, os quais não tem a anistia reconhecida pela ONU.

6 CONCLUSÕES

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, a gênese da Organização das Nações Unidas, bem como do seu Conselho de Segurança, foi imperiosa para a tentativa de manutenção da paz em diversos territórios através da solução pacífica dos conflitos. Neste contexto, analisou-se o perfil histórico de Angola que era, inicialmente, colônia de Portugal.

A análise histórica de angolana identifica 1961 como o cerne da luta anticolonial. Com o término da ditadura em Portugal, o panorama de independência se tornou mais viável. Os diversos movimentos de independência internos trabalharam para liberdade que foi decretada em 15 de Janeiro de 1975, com a chancela do Acordo do Alvor entre estes e o Governo português.

Nota-se que as origens da guerra civil angolana pós-independência reside em dois pontos. Havia discórdia de posicionamentos políticos ente a MPLA, UNITA e a FLNA, mesmo durante a guerra colonial e, principalmente, a falta de um período de transição da colônia para um território independente.

Angola foi um palco alternativo da disputa bipolar entre a ex-URSS e os Estados Unidos. As referidas potências lutaram pela hegemonia e pela influência política no território angolano, para, sobretudo, acessar os recursos naturais do país. Diante desta disputa, a ONU demonstrou-se inclinada a satisfazer os interesses dos Estados Unidos, não impondo suas decisões de forma mais severa. A trajetória das missões de paz em Angola dentre os diversos acordos firmados ao longo do tempo deve-se salientar o papel das Nações Unidas como responsável por tais missões. O primeiro passo dado favorecendo à interferência da ONU foi em dezembro de 1988, quando Angola, Cuba e África do Sul assinaram os Acordos de Nova Iorque, fato que veio a originar a UNAVEM I.

Das missões implantadas em Angola, a UNAVEM I foi a única que atendeu as diretrizes estabelecidas enquanto as missões subsequentes fracassaram. Os motivos que as missões não lograram o êxito esperado não se deve a falta de aporte e despreparo do pessoal da ONU, mas sim pela posição inabalável de Jorge Savimbi, líder da UNITA que não admitia perder a liderança do país para o MPLA.

Ressalta-se, igualmente, o contexto da Guerra Fria em face da guerra civil angolana. A MPLA contava com o apoio financeiro e militar de Cuba e da ex-URSS, enquanto a África do Sul, o Zaire e os Estados Unidos agiam em favor da UNITA. Por trás desta ajuda, estavam embutidas as ambições das grandes potências daquela época.

Com a UNAVEM II, os interesses dos EUA foram intrinsecamente seguidos. Várias resoluções foram elaboradas com o intuito de reforçar as diretrizes firmadas no Acordo de Bicesse e de fazer observações especiais à UNITA, que violava reiteradamente às convenções. Após o resultado do pleito consagrar José Eduardo dos Santos como presidente, Savimbi declarou guerra ao MPLA e reiniciou os ataques.

No pós-Guerra Fria, os EUA defenderam as suas ambições na guerra civil angolana por meio das resoluções do Conselho de Segurança da ONU e das missões de manutenção da paz ocorridas entre 1989 e 1999. Pelo visto, seu objetivo foi alcançado e as sanções contidas nos documentos não foram aplicadas de modo severo à UNITA. Neste contexto, os Estados Unidos retiraram o auxílio financeira anteriormente fornecido a UNITA, a qual utilizou-se do tráfico de diamantes para manter suas forças armadas, além de corromper aqueles que aceitassem o pagamento.

A UNAVEM III teve como objetivo restringir as atividades da UNITA e possibilitar a paz. Mais uma vez, várias resoluções foram elaboradas visando a manutenção da missão e dos termos estabelecidos nos acordos anteriores, bem como o proferido no Protocolo de Lusaka. Seguindo uma tendência já verificada anteriormente, *Savimbi* e seu exército mantiveram seu posicionamento contrário e não sofreram sanções por parte da ONU.

Em junho de 1997, o Conselho de Segurança da ONU realizou a sua última missão em Angola, a MONUA, constituída sobre um território devastado pela guerra e desacreditada pelas missões anteriores fracassadas em estabelecer a paz, esta missão teve a incumbência de realizar a reconciliação nacional e avançar no processo de paz, criando um ambiente estável para fomentar a democracia e reconstruir o país. Porém, não logrou o êxito esperado para tal.

Por fim, o memorando de Luena, firmado após a morte de *Savimbi*, possibilitou a instauração da paz, finalmente. A trajetória de independência de Angola, bem como a evolução da guerra civil, causou inúmeras mortes e destruiu o país que ainda tenta reconstruir-se até os dias atuais. Dessa forma, Angola sofre até hoje as consequências de uma guerra extensa e sangrenta ocorrida entre os movimentos ditos de libertação. A atual estrutura política concentra o poder no presidente, que tem o auxílio do primeiro ministro e de um conselho. O território divide-se em províncias com um governador escolhido pelo presidente e enfrenta problemas sociais, pois é um país pobre e devastado pelos conflitos. Cabe agora uma missão de paz para levar paz ao povo angola.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, José Mena, **Angola em paz: novos desafios**. Luanda: Edições Maianga, 2005.

AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos Matos; REZOLA, Maria Inácia. **O fim do Império Colonial em África – Independência de Angola**. Disponível em: <http://media.rtp.pt/memoriasdarevolucao/acontecimento/o-fim-do-imperio-colonial-e-m-africa-independencia-de-angola/>. Acesso em: 10 mar. 2018.

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. **Brasil em Missões de Paz**. São Paulo: Editora Usina do Livro, 2005.

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. **A Participação do Brasil nas Operações de Paz: passado, presente e futuro**. *Brasiliana - Journal for Brazilian Studies*. Vol. 3, nº 2, 2015, p. 113-141. Disponível em <<http://www.ojs.statsbiblioteket.dk/index.php/bras/issue/view/2733/showToc>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

ALDEN, Chris. ***From Neglect to “Virtual Engagement”: The United States and Its New Paradigm for África. African Affairs***. London, n.99, p.355-371, 2000.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **A ONU e a questão da assimetria de poder**. Trabalho apresentado na IV Semana de Relações Internacionais PUC-SP. Mesa 5, São Paulo, 11 maio 2005

ALTMAN, Max. **Hoje na História: 1975 - MPLA proclama a independência de Angola**. 2017. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/historia/7513/hoje-na-historia-1975-mpla-proclama-a-independencia-de-angola>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

ALVES, Nito. **Discurso no comício de encerramento da campanha eleitoral para os órgãos do Poder Popular**. Luanda: DIP-MPLA, 1976.

AMADO, Luiz Cervo. **Conceitos em Relações Internacionais**, Brasília: Revista Brasileira de Política Internacional. vol 51, nº 2, p. 8-25, 2008

ANDRADE, Mário de; OLLIVIER, Marc. **A Guerra em Angola**. Lisboa: Seara Nova, 1974.

ARAUJO, Kelly Cristina Oliveira. **Um só povo, uma só nação. O discurso do Estado para a construção do homem novo em Angola (1975-1979)**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. Dissertação de Mestrado.

ARMSTRONG, David; LLOYD, Lorna; REDMOND, John. ***International Organization in World Politics***. 3 ed. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

ARTUR, Queiroz, **A via agreste da liberdade**, Angola do 25 de Abril ao 11 de Novembro, Lisboa: Edição Maianga,. 1978.

ART, Robert J. **A Grand Strategy for America**. *New York*: The Century Foundation, 2003.

BACHELARD, G. **Epistemologia**. Barcelona: Anagrama, 1973.

BARNES, Sandra. Global Flows: **Terror, Oil & Strategic Philanthropy. Review of African Political Economy**. Sheffield, n.104, p.235-252, 2005.

BARNETT, Michael; ZURCHER, Cristoph. **The Peacebuilder's Contract: How External Statebuilding Reinforces Weak Statehood**. In: PARIS, Roland; SISK, Timothy (Orgs). *The Dilemmas of Statebuilding: Confronting the Contradictions of Postwar Peace Operations*. Abingdon, London: Routledge, 2009, p. 23-52.

BELLAMY, Alex J. ***The 'Next Stage' in Peace Operations Theory?*** *International Peacekeeping*. Vol. 11, nº 1, 2004, p. 17-38. Disponível em <<http://www.tandfonline.com/toc/finp20/11/1?nav=tocList>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

BELLAMY, Alex J; WILLIAMS, Paul D. ***The West and Contemporary Peace Operations***. *Journal of Peace Research*. Vol. 46, nº 1, 2009, p. 39-57. Disponível em <<http://www.journals.sageup.com/toc/jpra/46/1>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

BELLAMY, Alex J; WILLIAMS, Paul D; GRIFFIN, Stuart. ***Understanding Peacekeeping***. 2ª edição, Malden: Polity Press, 2010.

BIGATÃO, Juliana de Paula. **As Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas no pós-Guerra Fria: o desafio dos conflitos armados intra-estatais**. In: I Encontro Nacional da Associação Brasileira de Assuntos de Defesa-ABED, 2007, São Carlos, SP. Anais Eletrônicos. Disponível em <<http://www.abedef.org/conteudo/view?IDCONTEUDO=74>>. Acesso em 11 jul. 2018.

BITTENCOURT, Marcelo. **O MPLA e a Luta Anticolonial 1961-1974**. Volumes I e II, Kilombelombe, Luanda. 2008.

BOONE, Catherine. ***Empirical Statehood and Reconfigurations of Political Order***. In: HUXTABLE, Phillip A; VILLALÓN, Leonardo A. (Ed.). ***The African State at a Critical Juncture Between Disintegration and Reconfiguration***. Boulder: Lynne Rienner, 1997.

BOUTROS-GHALI, Boutros. ***An Agenda for Peace: Preventive Diplomacy, Peacemaking and Peace-keeping***. (Report of the secretary-general pursuant to the statement adopted by the summit meeting of the Security Council on 31 January 1992). 1992. Disponível em <<http://www.un.org/docs/SG/agpeace.html>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

BOUTROS-GHALI, Boutros. UN ***Peace-Keeping in a New Era: A New Chance for Peace***. *The World Today*. Vol. 49, nº 4, 1993, p. 66-69. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/40396494?Search=yes&resultItemClick=true&searchText=Boutros-Ghali&searchUri=%2Faction%2FdoBasicSearch%3Fquery%3Dboutros-Ghali%26amp%3Bs%3D%26amp%38page%3D2%26amp%3Bed%3D%26amp%3bfilter%3Djid%253A10.2307%252Fj500000631&seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 10 mar. 2018.

BRAGA, Carlos Chagas Vianna. **Uso da Força nas Operações de Paz: Solução ou Problema?** In: KENKEL, Kai Michael; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. O Brasil e as Operações de Paz em um mundo globalizado. Entre a tradição e a inovação. Brasília: IPEA, 2012. Cap. 2, p. 49-68.

BRASIL. ***Política Nacional de Defesa - "versão sob apreciação do Congresso Nacional (Lei Complementar 97/1999, ART. 9º, §3º)"***. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mês03/pnd_end.pdf>. Acesso em 21 jun. 2018.

BRITAIN, Victoria, **Morte da Dignidade: A guerra em Angola**, Lisboa: Dom Quixote, 1996.

BUNGE, Mario. **Epistemologia**. São Paulo: Queroz Editor, 1980.

CAMPBELL, Horace. **Cuito Cuanavale: A Tribute to Fidel Castro and the African Revolution**. Pambazuka News. 2008. Disponível em: <<https://www.pambazuka.org/governance/cuito-cuanavale-tribute-fidel-castro-and-african-revolution>>. Acesso em 20 Ago. 2018.

CDIH. Centro de Documentação e Investigação Histórica – **História do MPLA**. Ed. Leya, vol nº 1 e 2, 2008.

CEPIK, Marco Aurélio Chaves; KUELE, Giovanna Marques. **Inteligência em operações de Paz da ONU (1945-2000)**. Revista Carta Internacional, Vol. 10, nº 1, 2015, p. 21-38. Disponível em <<http://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/178>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

CHRISTIE, Daniel J. **What is Peace Psychology the Psychology of?** *Journal of Social Issues*, Vol. 62, nº 1, 2006, p. 1-17. Disponível em <<http://www.onlinelibrary.wiley.com>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3ª Edição, Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRESWELL, J. **Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. Los Angeles: Sage publications, 2013.

CRESWELL, J. W.; PLANO CLARK, V. L. **Pesquisa de métodos mistos**. 2ª Edição, Porto Alegre: Penso, 2013.

CROCKER, Chester. “**Lessons on Intervention, in Managing Conflict in the Post-Cold War World: The Role of Intervention**”. Relatório do Aspen Institute Conference, 2-6 de Agosto de 1995, Aspen, Colorado: Aspen Institute. p.77-88, 1996.

DIAS, Susana. **Exploração de diamantes gera conflito cultural**. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n3/a11v57n3.pdf>> Acesso em 24 Set. 2018.

DIEHL, Paul. **Peace Operations**. Malden: Polity Press, 2008.

EME. **Resenha Histórica das campanhas de África 1961-1974. Aspectos de Atividades Operacionais**. Lisboa, vol nº 1 e 2, 1988.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da Pesquisa Científica**. 2002.

FERNANDES, Ana Paula. **Petróleo em tempo de Guerra**. Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais. O Mundo em Português, n.5, fev. 2000. Disponível em: <<http://www.ieei.pt/publicacoes/artigo.php?artigo=1050>>. Acesso 02 Out. 2018

FERREIRA, Gonzaga. **Redação Científica: Como Entender E Escrever Com Facilidade**. São Paulo: Atlas, 2011.

GLEIJESES, Piero. **Cuito Cuanavale Revisitado**. Disponível em: <<http://resistir.info/cuba/cuitocuanavale.html>>. Acesso em 02 Ago. 2018

GUBA, E. *The paradigm dialog*. Newbury Park, London and New Delhi: Sage Publications, 1990.

HEYWOOD, Linda. *UNITA and ethnic nationalism in Angola*. *Journal of Modern African Studies*, p. 47 - 66, 1989.

HILLEN, Jhon. *Blue Helmets: The Strategy of UN Military Operations*. Dulles: Brasseys, 1998.

HODGES, Tony. *Angola: Anatomy of an Oil State*. Lysaker, Noruega: Fridtjof Nansen Institute, 2004.

KENKEL, Kai Michael. **Cinco Gerações de Operações de Paz: de “tênue linha azul” a “pintar um país de azul”**. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Vol. 56, nº1, 2013. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S0034-73292013000100007&lng=en&nrm=iso&tlng=en>>. Acesso em: 11 set. 2018.

LA MAISONNEUVE, Eric. **Metamorfosis de La Violencia. Ensayos sobre La Guerra Moderna**. Buenos Aires: Fundación BankBoston: Grupo Editor Latinoamericano, 1998.

MAIA, Tatiana Vargas. **A Intervenção da Organização das Nações Unidas em Angola (1988-1999)**. 2006. 230f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MARQUES, Inácio Luiz Guimarães. **Memórias de um golpe: O 27 de Maio de 1977**. 2012. Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Marque slnacio.Memoriasdeumgolpeo27demaiode1977emAngola.pdf](http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Marque%20Inacio.Memoriasdeumgolpeo27demaiode1977emAngola.pdf)>. Acesso em 23 de jul. 2018.

MARQUES, Rafael. **Diamantes de sangue: corrupção e tortura em Angola**. Lisboa: Tinta da China, 2011.

MARQUES, Sofia. **Angola: a Guerra à democracia**. Luanda: Edipress, 1993.

MENDES, M. **Independência de Angola**. 2010. Disponível em: <<https://cc3413.wordpress.com/2010/11/11/independencia-de-angola/>>. Acesso em 02 Out. 2018

MENEZES, Solival. **Mamma Angola: Sociedade e Economia de um País Nascente**. São Paulo: Edusp, 2000.

MIALL, Andrew D. *In defense of Facies Classifications and Models*. *Journal of Sedimentary Research*, Vol. 69, nº 1, 1999, p. 2-5. Disponível em <<http://www.jsedresonline.org/content/69/1/2.full.pdf+html?sid=79931900-5c8a-45da-b388-dedbed828dea>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

MORETTI, Eduardo. **1989-1999: os 10 anos de Operações de Paz em Angola**. 2009. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - UNESP/UNICAMP/PUC-SP, São Paulo.

OLIVEIRA, Ricardo Soares de. **A África desde o fim da Guerra Fria**. Relações Internacionais. nº 24, p. 93-114, dez. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.mec .pt/scielo.php?script=sciarttex&pid=S1645-91992009000400011&Ing=pt&nr m=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sciarttex&pid=S1645-91992009000400011&Ing=pt&nr m=iso)>. Acesso em 10 jun. 2018.

ONU. Conselho de Segurança. **Resolução 435, de 29 de setembro de 1978**. Dispõe sobre a independência da Namíbia. Sistema de Informação Bibliográfica das Nações Unidas. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/368/80/IMG/NR036880.pdf?OpenElement>>. Acesso em 02 Fev. 2018.

ONU. Conselho de Segurança. **Resolução 626, de 20 de dezembro de 1988**. Dispõe sobre o estabelecimento da Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola I (UNAVEM I). Sistema de Informação Bibliográfica das Nações Unidas. Disponível em: <<http://daccess-ddsny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/541/53/IMG/NR054153.pdf?OpenElement>>. Acesso em 12 Abr. 2018.

ONU. Conselho de Segurança. **Resolução 696, de 30 de maio de 1991**. Dispõe sobre o estabelecimento da Missão das Nações Unidas em Angola II (UNAVEM II). Sistema de Informação Bibliográfica das Nações Unidas. Disponível em: <<http://daccess-dds-156ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/596/32/IMG/NR059632.pdf?OpenElement>> Acesso em 12 Abr. 2018.

ONU. Conselho de Segurança. **Resolução 747, de 24 de março de 1992**. Dispõe sobre a expansão da UNAVEM II e a observação das eleições em Angola pela ONU. Sistema de Informação Bibliográfica das Nações Unidas. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/011/06/IMG/NR001106.pdf?OpenElement>> Acesso em 12 Abr. 2018.

ONU. Conselho de Segurança. **Resolução 864, de 15 de Setembro de 1993**. Dispõe sobre a situação em Angola e à imposição de sanções contra a UNITA. Sistema de Informação Bibliográfica das Nações Unidas. Disponível em: <<http://daccess-ddsny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N93/502/71/PDF/N9350271.pdf?OpenElement>>. Acesso em 12 Jun. 2018.

ONU. Conselho de Segurança. **Resolução 976, de 8 de fevereiro de 1995**. Dispõe sobre o estabelecimento da UNAVEM III. Sistema de Informação Bibliográfica das Nações Unidas. Disponível em: <<http://daccess-ddsny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N95/038/14/PDF/N9503814.pdf?OpenElement>>. Acesso em 12 Jun. 2018.

ONU. Conselho de Segurança. **Resolução 1102, de 31 de março de 1997**. Dispõe sobre a extensão do mandato da UNAVEM III. Sistema de Informação Bibliográfica das Nações Unidas. Disponível em: <<http://daccess-ddsny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N97/085/59/PDF/N9708559.pdf?OpenElement>>. Acesso em 12 Jun. 2018.

ONU. Conselho de Segurança. **Resolução 1106, de 16 de abril de 1997**. Dispõe sobre a extensão do mandato da UNAVEM III e a conclusão da retirada das suas unidades militares. Sistema de Informação Bibliográfica das Nações Unidas. Disponível em: <<http://daccess-ddsny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N97/103/41/PDF/N9710341.pdf?OpenElement>>. Acesso em 12 Jun. 2018.

ONU. Conselho de Segurança. **Resolução 1118, de 30 de junho de 1997**. Dispõe sobre o estabelecimento da Missão de Observação das Nações Unidas em Angola (MONUA). Sistema de Informação Bibliográfica das Nações Unidas. Disponível em: <<http://daccess-ddsny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N97/178/44/PDF/N9717844.pdf?OpenElement>>. Acesso em 12 Jun. 2018.

ONU. Conselho de Segurança. **Resolução 1127, de 28 de agosto de 1997**. Dispõe sobre medidas contra a UNITA por não obedecer ao Protocolo de Lusaka. Sistema de Informação Bibliográfica das Nações Unidas. Disponível em: <<http://daccess-ddsny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N97/226/93/PDF/N9722693.pdf?OpenElement>> Acesso em 12 Jun. 2018.

ONU. Conselho de Segurança. **Resolução 1164, de 29 de abril de 1998**. Dispõe sobre a extensão do mandato da MONUA. Sistema de Informação Bibliográfica das Nações Unidas. Disponível em: <<http://daccess-ddsny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N98/116/57/PDF/N9811657.pdf?OpenElement>>. Acesso em 12 Jun. 2018.

ONU. Conselho de Segurança. **Resolução 1173, de 12 de junho de 1998**. Dispõe sobre medidas contra a UNITA por não obedecer ao Protocolo de Lusaka. Sistema de Informação Bibliográfica das Nações Unidas. Disponível em: <<http://daccess-ddsny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N98/166/53/PDF/N9816653.pdf?OpenElement>>. Acesso em 12 Jun. 2018.

ONUBR. **A ONU, a paz e a segurança**. 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/paz-e-seguranca/>> Acesso em: 23 de jul. 2018.

OPPERMANN, Álvaro. **Diamantes, lama e sangue**. 2016. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/cultura/diamantes-lama-e-sangue/>>. Acesso em: 23 de jul. 2018.

OSMAN, Mohamed Awad. **The United Nations and Peace Enforcement: Wars, Terrorism and Democracy**. Burlington: Ashgate, 2002.

PEARCE, Justin. **A guerra civil em Angola (1975 - 2002)**. Tinta da China Edições. 2017

PENNA FILHO, Pio. **Segurança seletiva no pós-Guerra Fria: uma análise da política e dos instrumentos de segurança das nações Unidas para os países periféricos - o caso africano**. Revista Brasileira de Política Internacional, Vol. 47, nº1, 2004.

PEREIRA, Analúcia Daniclevicz; VISENTINI Paulo. **Nota Editorial**. Revista Brasileira de Estudos Africanos, Vol. 1, nº 1, p. 7-9, Jan/Jun 2016. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/rbea/issue/view/3434/showToc>>. Acesso em 12 jul. 2018.

PETRAGLIA, Izabel. **Edgar Morin: a educação e a complexidade do ser e do saber**. 10ª Edição, Revista e ampliada. Petrópolis: Vozes, 2008.

PINHEIRO DA CUNHA, Rafael Soares; MIGON, Eduardo Xavier Ferreira Glaser. **Ensino de pós-graduação no Brasil: as Ciências Militares**. Revista Brasileira de

Estudos de Defesa, Vol. 4, nº 1, p. 127-153, Jan/Jun 2017. Disponível em: <<http://rbed.abedef.org/rbed/article/view/66003/42046>>. Acesso em 10 maio 2018.

REZENDE, Lucas Pereira. **O Engajamento do Brasil nas Operações de Paz da ONU: Um Estudo Comparativo**. Belo Horizonte: PUC/MG, 2010. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/RelInternac_RezendeLP_1.pdf> Acesso em 22 Mar. 2018.

_____. **Uma nova abordagem para o estudo do engajamento do Brasil nas operações de paz da ONU**. In: Política Externa. Vol. 21 nº 3 2013. Disponível em: <<http://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/IRBr/ptbr/file/CAD/LXIII%20CAD/Politica/Rezende%20L%20PE%20Uma%20nova%20abordagem>>. Acesso: 22 mar. de 2018.

RICHMOND, Oliver. **United Nations Peace Operations and the Dilemmas of the Peacebuilding Consensus**. *International Peacekeeping*, Vol. 1, nº 1, 2004, p. 83-101.

RODRIGUES, Anselmo de Oliveira **Operações de Paz no continente africano: estudo de caso em Angola e Moçambique**. Tese à ser apresentada à Escola de Comando e Estado-maior do Exército. Rio de Janeiro, 2018.

RODRIGUES, Anselmo de Oliveira; MIGON, Eduardo Xavier Ferreira Glaser. **O papel do Brasil na evolução das Operações de Paz**. *Carta Internacional*, Vol. 12, nº 3, p.77-103, dez. 2017. Disponível em: <<http://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/667/364>>. Acesso em 05 abr. 2018.

SÁ, Tiago Moreira de. **História das Relações Portugal EUA (1776-2015)** Lisboa: Ed. Dom Quixote, 2016.

SILVA, Francine Rossone. **A Paz Liberal nas Operações de Peacebuilding – O ‘local’ e os limites da crítica**. 98 fl. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

STOCKWELL, John. **A CIA contra Angola**. Lisboa: Ulmeiro, 1979.

TEIXEIRA, Alexandre G.; MIGON, Eduardo Xavier Ferreira G. **Revisitando o conceito de poder a luz da Teoria da Complexidade**. *Revista de Ciências Militares*, Vol. 2, nº 2, p. 173-192, nov. 2017. Disponível em: <<http://www.iesm.pt/cisd/index.php/publicacoes/revista-de-ciencias-militares/edicoes>>. Acesso em 10 abr. 2018.

TESSER, Gelson João. **Principais linhas epistemológicas contemporâneas**. *Educar em Revista*, nº 10, p. 91-98, dez. 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40601994000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 mar. 2018.

UNITED NATIONS. **Department of Peacekeeping Operations. United Nations Peacekeeping Operations: Principles and Guidelines, 2008**. New York: Disponível

em <<http://www.peacekeepingbestpractices.unlb.org/pbps/pbps/library/capstonedoctrineen.pdf>>. Acesso em: 01 abr 2018.

UNITED NATIONS. **Department of Peacekeeping Operations. United Nations Peacekeeping Operations.** Disponível em <<http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/operations/list.pdf>>. Acesso em: 01 abr 2018.

UNITED NATIONS. **Department of Peacekeeping Operations. United Nations Peacekeeping Operations.** Disponível em <<http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/operations/current.shtml>>. Acesso em: 01 abr 2018.

UNITED NATIONS. **Department of Peacekeeping Operations. United Nations Peacekeeping Operations.** Disponível em <<http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/contributors.shtml>>. Acesso em: 01 abr 2018.

UNITED NATIONS. **Report of the Panel on United Nations Peace Operations.** Disponível em <http://www.un.org/peace/reports/peace_operations>. Acesso em 25 mar 2018.

WALDROP, M., 1993. **Complexity: The emerging science at the edge of order and chaos.** New York: Simon and Schuster, 1993.

WIBERG, Håkan. **Investigação para a Paz: Passado, presente e futuro.** Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 71, 2005. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/1013>>. Acesso em 26 Abr. 2018

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2009. 94 p. ISBN: 978-85-224-5260-6.

VISENTINI, Paulo Fagundes; MIGON, Eduardo Xavier Ferreira Glaser; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **A (in) segurança da África e sua importância para a defesa do Brasil.** Porto Alegre: NERINT-UFRGS/LED/ECEME, 2016.

_____, Paulo Fagundes. **Nova Ordem, Imperialismo e Geopolítica Global.** Campinas: Papyrus, 2003.

